



MISERICÓRDIA 90
de RIBA D'AVE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "fe", "Dn", and a large signature.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA..... | 4 |
| 3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL..... | 6 |
| 3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D´AVE..... | 7 |
| 3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA | |
| 3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS | |
| 3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA | |
| 3.1.4 CIDIFAD | |
| 3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D´AVE..... | 21 |
| 3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS | |
| 3.2.2 GABINETE DO UTENTE E APOIO JURÍDICO | |
| 3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA | |
| 3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM | |
| 3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA | |
| 3.2.6 GABINETE DE TRANSPORTES | |
| 4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE..... | 27 |
| 4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA | |
| 4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS / INTERNAMENTO MÉDICO E PAAS | |
| 4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM | |
| 5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA..... | 30 |
| 5.1 RESULTADOS | |
| 5.2 VALÊNCIAS E PROGRAMAS | |
| 5.3 BALANÇO | |
| 5.4 INVESTIMENTOS | |
| 5.5 FUNDO DE MANEIO | |
| 5.6 RECURSOS HUMANOS | |
| 5.7 RÁCIOS | |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 43 |
| 7. PROPOSTAS..... | 45 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 47 |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS..... | 75 |
| PARECER DO DEFINITÓRIO..... | 79 |

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

50
V. Soares
Dij
M

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave (SCM Riba D´Ave), nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do citado documento, vem a Mesa Administrativa apresentar à Assembleia Geral o Relatório de Atividades referente ao ano de 2024.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.

2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA

Ao longo do ano de 2024, a Mesa Administrativa acompanhou todas as atividades da SCM Riba D'Ave e das respetivas Unidades Funcionais através de reuniões com a Comissão Executiva, tendo como maior enfoque as análises económicas e financeiras para, deste modo, tomar decisões mais informadas e sustentadas perante os desafios que se colocam na definição das principais estratégias da instituição.

O ano de 2024 caracterizou-se por um mais efetivo controlo na eficiência dos recursos humanos da instituição que, no entanto, pela perspetiva da carreira profissional, viu sair alguns enfermeiros e auxiliares de ação médica para a Função Pública, tendo sido substituídos por elementos internos da SCM Riba D'Ave em regime de prestação e por prestadores externos.

Não foi despiciente o impacto do novo aumento do Salário Mínimo Nacional e da sua rápida aproximação ao salário médio, conduzindo a uma atualização dos restantes vencimentos de acordo com as negociações existentes entre os sindicatos e a União das Misericórdias Portuguesas, ao qual, ao abrigo do Contrato Coletivo de Trabalho acordado, nos encontramos vinculados.

A Mesa Administrativa e a Comissão Executiva, embora conscientes do impacto financeiro desta medida, acompanhando a execução orçamental que demonstrava ser possível atingir resultados que absorvessem as atualizações dos vencimentos, não deixaram de priorizar as condições laborais dos trabalhadores que, mesmo acima dos valores previsto na Tabela Salarial, viram os seus vencimentos atualizados de acordo com a capacidade da instituição e que não colocasse em causa a sustentabilidade nem o orçamento previsto.

Face à prolongada demora da regulamentação para a Rede de apoio às demências, foi muito importante que, proposto pelo Sr. Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, Fernando Araújo, a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva tivessem aceite um acordo com a Rede Nacional de Cuidados Continuados para sessenta camas de Longa Duração e Manutenção, o que contribuiu para dar início à sustentabilidade do Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e

F.
J. P. P.
M.

Acompanhamento das Demências (CIDIFAD). Continuamos, no entanto, a aguardar pelos Acordos para a Unidade de Cuidados Paliativos e para a Unidade de Dia e Promoção da Autonomia que, com o apoio do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), foram distinguidos como os melhores da região do Vale do Ave.

No que diz respeito à *Casa Conde de Riba D´Ave*, a Mesa Administrativa e a Comissão Executiva continuaram a avaliar soluções que possam usufruir de financiamentos comunitários do PRR e do Portugal 2030 para a rentabilização do imóvel e que não coloquem em causa a arquitetura, a estrutura, a história e a área verde envolvente.

Ainda nas atividades da Mesa Administrativa e Comissão Executiva, destaca-se a participação, como habitualmente, nos seguintes encontros e reuniões:

- i) Assembleia-Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para aprovação do Relatório e Contas 2023 e para aprovação do Plano de Atividades Orçamento 2025;
- ii) Presença e organização da reunião do Secretariado Regional de Braga da UMP;
- iii) Presença na inauguração da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas da SCM Amares;
- iv) Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Riba D´Ave, para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, partilhar e debater a evolução da instituição;
- v) Reuniões com a Nuno Valentim, Arquitectura, Lda., para avaliação das opções a implementar na Casa Conde de Riba D´Ave e a Mofase, Arquitectura e Engenharia, Lda., no sentido de, ao abrigo do Portugal 2030, avaliar a possibilidade de ampliação do Serviço de Internamento Cirúrgico do Hospital Narciso Ferreira;
- vi) Presença na procissão em honra de São Pedro, realizada em Riba D´Ave;
- vii) Presença na procissão em honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada em Riba D´Ave;
- viii) Organização da inauguração da nova Unidade de Cuidados Continuados, no CIDIFAD, com a presença do Sr. Ministro da Saúde, Manuel Pizarro;
- ix) Receção à visita da Sra. Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, às instalações do Hospital;

3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

Continuamos, em 2024, com a atividade hospitalar a crescer substancialmente, com o integral cumprimento do Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte), assim como um acréscimo de cirurgias no âmbito do Programa Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (Programa SIGIC) e da complementaridade cirúrgica com as Unidades Locais de Saúde (ULS) Alto Ave, Médio Ave e Braga.

Destaca-se ainda uma atividade hospitalar além da prestação cirúrgica, sendo de realçar o Serviço de Internamento de Medicina para a ULS Alto Ave, e os diversos atos de consultas de especialidades e de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica para as ULS supracitadas.

No CIDIFAD, constata-se a positiva influência do novo acordo com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) para sessenta camas, garantindo o aumento da taxa de ocupação e o crescimento do financiamento, o que promoveu um significativo passo na sustentabilidade da unidade funcional.

De realçar que, embora os resultados económicos, financeiros e sociais continuem positivos, não deixa de ser preocupante o facto das tabelas contratualizadas com os organismos estatais se manterem inalteradas e totalmente desajustadas face aos legais aumentos do Salário Mínimo Nacional, atualização de vencimentos, taxas de inflação e valores de honorários cada vez mais elevados.

Da análise dos resultados, verifica-se uma variação muito significativa face ao orçamento, o que, a breve prazo, permitirá absorver a nova Tabela Salarial negociada entre a União das Misericórdias Portuguesas e os sindicatos, premiar a avaliação de desempenho, de modo que todos os funcionários se sintam motivados e reconhecidos pelo seu trabalho, assim como reforçar argumentos junto dos profissionais médicos para que se mantenham confiantes em trabalhar na SCM de Riba D'Ave.

70
Lacerte
AS
07

Verifica-se, da análise efetuada ao Centro Infantil de Pevidem (CIP), que os indicadores e resultados se mantêm em elevados patamares, o que demonstra uma gestão muito equilibrada e, ao mesmo tempo, muito bem ajustada às necessidades das famílias com crianças, pois, fruto das condições pedagógicas e estruturais que todos os anos se apresentam, continua com uma elevada procura dos seus serviços

De salientar o bom desempenho, principalmente da área hospitalar, que continua a ter um papel preponderante e fulcral nos resultados atingidos da instituição, de todas as unidades funcionais, serviços e departamentos que também contribuíram para manter o crescimento e a sustentabilidade da SCM de Riba D´Ave.

3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D´AVE

3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

O Hospital Narciso Ferreira manteve uma trajetória sólida de continuidade na sua ação, alinhado com a idiossincrasia da SCM Riba D´Ave e com a estratégia nacional para os cuidados de saúde, sem descuidar a qualidade, a segurança, o respeito pelos utentes, colaboradores e pelas orientações emanadas pela tutela.

Foi um ano de esforço para todos em continuidade, inovação e crescimento da atividade, do Programa SIGIC e do cumprimento do Contrato-Programa em vigor. Manteve-se um olhar atento na melhoria contínua dos cuidados prestados, eixo de aposta forte e segura de todas as unidades de saúde e da nossa em particular.

Promoveu-se o reforço da segurança, da eficiência e do modelo de trabalho interativos, dinâmicos e pluridisciplinares, nas responsabilidades e intervenções dos coordenadores dos serviços clínicos e da Direção Técnica do Hospital. O sentimento de pertença e contributo dos colaboradores tiveram papel de destaque e importância singular na solidificação do Hospital Narciso Ferreira.

Os coordenadores de serviço e os grupos de trabalho multidisciplinares contribuíram para soluções de melhoria sistemática nas diversas áreas e para apoio à gestão de topo da SCM Riba D´Ave na sua tomada de decisão.

Em resumo, diremos que a Direção Técnica e coordenadores dos serviços do Hospital, perante as dificuldades que se foram colocando, agregaram sinergias para a consolidação das boas práticas no Hospital, enquadradas nos princípios de atuação éticos, justos e coesos, envolvendo todas as áreas e colaboradores.

Tendo por base a metodologia seguida em anos anteriores, pretende-se agora neste relatório dar conta do grau de cumprimento atingido ao longo do último ano das metas e objetivos traçados em cada serviço do Hospital.

OBJETIVOS E METAS GLOBAIS ATINGIDAS

- Reforçar a cultura de segurança para todos os colaboradores e utentes.
- Cumprir com os planos definidos pela tutela para a área da saúde.
- Estabelecer planos sectoriais e prioridades de melhoria aos projetos lançados em curso.
- Executar os planos de melhoria contínua em Qualidade e Eficiência na gestão dos recursos.
- Monitorizar e supervisionar para as boas práticas profissionais dos colaboradores do Hospital.

DIREÇÃO TÉCNICA

- Gabinete Consulta a Tempo e Horas | Gestão, acompanhamento, monitorização e triagem de pedidos de consulta. Abertura e atualização de agendas médicas para 2024.
- Gabinete de Codificação Clínica | Acompanhamento e apoio à codificação clínica.
- Responsável de Acesso à Informação | Pedidos de relatórios médicos e informações clínicas pelos utentes e entidades externas.
- Acompanhamento, gestão e monitorização da produção cirúrgica, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) do HNF.
- Acompanhamento, gestão e monitorização do Contrato-Programa com a ARS Norte.
- Supervisão Clínica das atividades hospitalares.
- Promoção da melhoria contínua a todos os níveis da prestação e desempenho dos serviços e departamentos clínicos, bem como de todos os colaboradores médicos, enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT).

*Fe,
Valeu*
JS
DN

- Mapeamento e operacionalização de agendamentos e agendas de consulta externa das diversas especialidades médicas para 2025.
- Mapeamento e operacionalização de agendamentos de blocos operatórios para 2025.
- Solidificar o Processo Clínico Único Informatizado.
- Melhorar o módulo dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) - “Exames sem papel”.
- Promover e colaborar na melhoria e atualização contínua da documentação clínica de suporte à atividade dos profissionais.
- Reforçar a cultura de segurança clínica na instituição e as metas definidas pela Organização Mundial de Saúde.
- Promover auditorias clínicas internas para levantamento diagnóstico e implementação de medidas corretivas às boas práticas dos profissionais das áreas clínicas.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE

- Na área de enfermagem, auxiliares de ação médica, TSDT e rececionistas, os recursos humanos existentes são suficientes para os serviços prestados.
- A nível formativo, foram administradas formações na área de Gestão de Conflitos e Relacionamento Interpessoal e Comunicação Equipa-Utente.

BLOCO OPERATÓRIO

- Realizadas mais mil e oitenta e nove cirurgias do que em 2023, devido, principalmente, aos Acordos de Cooperação com a ULS Braga para Cirurgia Pediátrica e Urológica, com a ULS Alto Ave para Cirurgia Vasculuar e Cirurgia Plástica e com a ULS Médio Ave para Ortopedia e Oftalmologia, totalizando mil trezentas e quarenta e seis cirurgias.
- As necessidades de acréscimo de tempos operatórios solicitados pelos diferentes cirurgiões foram sempre satisfeitas e o ajuste de turnos (acrécimo/libertação) em relação aos enfermeiros e auxiliares foi feito de acordo com as necessidades das equipas cirúrgicas, sendo que a dotação segura de três enfermeiros por sala, um enfermeiro no recobro e uma assistente operacional por sala foi sempre cumprido.

CONSULTA EXTERNA

- Melhorado o atendimento dos utentes e seus familiares e cuidadores.
- Cumpridos os tempos máximos de resposta garantidos para primeiras consultas médicas.

S. Paccini
DS

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Áve

- Sensibilizada a classe de enfermagem para o cumprimento dos horários de agenda de consultas.
- Zelado o cumprimento dos regulamentos internos e legislação em vigor.
- Na área de enfermagem, auxiliares de ação médica, TSDT e rececionistas, os recursos humanos existentes são suficientes.
- A nível formativo, foram administradas formações na área de Gestão de Conflitos e Relacionamento Interpessoal e Comunicação Equipa-Utente.

SERVIÇO DE IMAGIOLOGIA

- Diminuição do número de reclamações devido à adoção de medidas corretivas.
- Contratação de dois TSDT de Radiologia.
- Recursos humanos suficientes, mas deve ser prevista a substituição nos casos de situações de gravidez ou doença prolongada.
- A nível formativo, foram administradas formações de Gestão de Conflitos, Noções Gerais de Proteção às Radiações, Boas Práticas de Comunicação em Equipa Multidisciplinar, Atualização e Domínio Melhorado para MedApp.

UNIDADE DE AMBULATÓRIO DE GASTROENTEROLOGIA

- A Unidade desenvolveu a sua atividade de forma regular, tendo sido atingidos sete mil duzentos e oitenta e seis procedimentos.
- O equipamento disponível continua a ser utilizado de forma a que a carga de utilização seja uniforme para manter o melhor desempenho e longevidade possível.
- Por alteração das equipas, foi necessário realizar formação formal e informal, decorrendo com o serviço a funcionar e fora de horário de atendimento, com a atuação em situações simuladas com os mais diversos equipamentos e dispositivos.
- A capacidade instalada continua adequada para as necessidades da prestação de cuidados.
- Todos os colaboradores apresentaram um desempenho dentro do previsto, com segurança, qualidade, disponibilidade, zelo e flexibilidade.

SERVIÇO DE INTERNAMENTO CIRÚRGICO

- O ano de 2024 demonstrou ser mais um ano intenso, com bastantes cirurgias realizadas no âmbito do Contrato-Programa, Programa SIGIC, cirurgias no âmbito da Tabela Social da SCM

Fi.
D. Pereira
J. J.
F. S.
M.

Riba D´Ave, acordos com outras ULS, seguros e subsistemas de saúde, tendo passado pelo Serviço de Internamento e Cirúrgico seis mil novecentos e dezasseis, ultrapassando em mil e oitenta e nove o anterior ano.

- No âmbito do Serviço de Internamento de Medicinal, protocolado com a ULS Alto Ave, foi prestada assistência a quatrocentos e dezasseis utentes.

3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS

A Unidade está integrada na RNCCI, exercendo a sua atividade em articulação com outros serviços, sendo constituída pelas tipologias de Convalescença, Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

O ano de 2024 tinha como objetivos principais, melhorar a sua taxa de ocupação, tendo a realidade demonstrado uma significativa estabilização na ordem dos 96,3%.

Embora os doentes admitidos na Unidade permanecem, no mínimo, trinta dias na Convalescença, 90 dias na Média Duração e por tempo indeterminado na Longa Duração, estes prazos nem sempre são cumpridos, fruto, principalmente, devido a prorrogações sociais, ou seja, doentes sem critérios clínicos para se manterem internados, mas que têm critérios sociais para o mesmo.

No ano de 2024 manteve-se o número elevado de *Internamentos Sociais*. Atualmente, estes internamentos, sem critérios clínicos, atingem valores de 50% das camas contratualizadas de Média Duração e cerca de 8% na Convalescença. Apesar dos casos sociais se manter, tivemos um aumento de doentes admitidos na Unidade de Cuidados Continuados (UCC).

ATIVIDADES

Ao longo do ano de 2024 manteve-se a formação interna, destacando-se a formação de Suporte Básico de Vida (SBV) e Suporte Básico de Vida com Desfibrilhador Automático Externo (DAE) ministrada aos novos colaboradores.

De destacar as atividades realizadas pelos nossos utentes, organizadas pela nossa animadora sociocultural, que tem dinamizado imenso a nossa Unidade.

Dacecio
 75/9/17
 07

REESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Como é do conhecimento da Comissão Executiva, foram já identificadas importantes alterações, estruturais e logísticas, a serem realizadas na Unidade, assim como a implementação de melhorias, principalmente a nível de material.
- Mudança da campanha do balcão da Sala de Enfermagem da Média Duração para a Receção.
- Renovação/melhoramento dos computadores da Unidade.
- Impermeabilização do telhado da Convalescença.

3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No final do ano, frequentavam o Centro Infantil de Pevidém duzentas e trinta crianças, distribuídas pelas três valências sociais existentes na instituição, encontrando-se noventa em Creche, cem em Pré-Escolar e quarenta em Atividades dos Tempos Livres (ATL).

Ao abrigo da legislação de gratuidade da Creche para crianças nascidas depois de 1 de setembro de 2021, o Instituto da Segurança Social assume a mensalidade de 473,80 € por criança.

Relativamente ao Pré-Escolar, o ano terminou com a capacidade totalmente preenchida, havendo duas crianças com Necessidades Educativas Especiais. Das cem crianças, vinte e duas foram acompanhadas na instituição em Terapia da Fala e duas foram acompanhadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

O Centro de Atividades de Tempos Livres concluiu o ano com quarenta crianças, o que representa a capacidade máxima da resposta social.

ATIVIDADES

As atividades pedagógicas em sala são ajustadas à faixa etária e às necessidades das crianças, tendo em consideração as normas de funcionamento da Creche e às orientações curriculares do Ministério da Educação relativas ao ensino Pré-Escolar.

Durante o ano letivo as avaliações foram realizadas por semestre, seguindo as orientações para cada valência, tendo sido enviadas por e-mail aos pais e encarregados de educação.

FE
Davi
2024
07

As atividades curriculares de educação física e de educação musical, bem como as atividades extracurriculares de patinagem, inglês, dança, Escola de Futebol e Legolândia, foram realizadas ao longo do ano.

No âmbito das atividades planeadas e realizadas, o Projeto Educativo foi um elemento estruturante e transversal.

No ano letivo 2023/2024, o tema do projeto foi "Educação Ambiental para a Sustentabilidade: A Reciclagem", tendo como principal objetivo sensibilizar as crianças e a comunidade educativa para a adoção de boas práticas ambientais, bem como para a valorização das efemérides relacionadas com o meio ambiente.

Para o ano letivo 2024/2025, com início em setembro de 2024, o tema do Projeto Educativo passou a ser "À Descoberta das Profissões - As Profissões", visando promover o conhecimento das diferentes profissões e contribuir para a consciencialização dos papéis sociais, da diversidade profissional e da importância do trabalho coletivo, envolvendo as crianças e a comunidade educativa.

DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A divulgação das atividades junto das famílias e da comunidade foi privilegiada através dos meios digitais da instituição, nomeadamente pela troca de informações via e-mail, telefone, Facebook e caderneta eletrónica.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA HACCP

Deu-se continuidade à implementação do sistema *Hazard Analysis And Critical Control Point* (HACCP), de modo a garantir a segurança alimentar e a serem cumpridos na íntegra os normativos legais em vigor.

Foram efetuadas auditorias e desenvolveu-se formação com as colaboradoras que desempenham funções na cozinha.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OBRAS DE REMODELAÇÃO

Em 2024 o Centro Infantil de Pevidém recebeu a verba de 8.000 € da Câmara Municipal de Guimarães, com o intuito de adquirir três unidades de ar condicionado, brinquedos e materiais lúdico-pedagógicos para o bem-estar e desenvolvimento das crianças.



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Ao longo do ano de 2024, os profissionais realizaram três ações de formação, num total de 323 horas. O formato da formação foi presencial com o intuito de melhorar e de desenvolver a sua prática pedagógica.

PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

Programa financiado pela União Europeia em que a SCM Riba D´Ave recebe uma compensação financeira mensal de 3,31 €/beneficiário para a distribuição de produtos alimentares a famílias em situação de vulnerabilidade, combatendo a insegurança alimentar e promovendo o bem-estar das famílias mais desfavorecidas.

Em Riba D´Ave foram doados 89.188 produtos alimentares a 2.444 beneficiários de 950 famílias.

Em Pevidém foram doados 119.203 produtos alimentares a 3.602 beneficiários de 1.537 famílias.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR | CANTINA SOCIAL

Ao contrário do POAPMC, que abrange agregados familiares com capacidade de armazenamento e capazes de confeccionar as suas refeições, a Cantina Social agrega pessoas mais vulneráveis no que concerne às suas competências e recursos domésticos para confeccionarem as suas refeições.

Em Riba D´Ave, durante o ano de 2024, foram referenciadas duas novas situações. Ao longo dos anos a Cantina Social de Riba D´Ave sempre atingiu o seu limite máximo de refeições protocoladas sendo que, o número no presente ano foi de doze refeições diárias, tendo sido entregues um total de 5.365 refeições no ano. A área de residência mais apoiada é a freguesia de Riba D´Ave, com 37%.

Em Pevidém, a equipa técnica apoiou um total de cinco agregados, sendo a área mais apoiada a freguesia de Selho São Jorge, com 43%.

PROJETO 65+

A SCM Riba D´Ave, desde 2015 e em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, dinamiza o Projeto 65+ para apoio a pessoas com idade igual, ou superior, a 65 anos e que, no concelho de Guimarães, se encontrem a residir sós ou em situação de fragilidade. A SCM Riba D´Ave, como



gestora pela área de Selho São Jorge, acompanha, neste momento, quatro idosos com intuito de intervir para a promoção dos seus direitos, proteção social e proporcionar o acesso a serviços e a recursos sociais na comunidade.

REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E DE GUIMARÃES

O serviço psicossocial da SCM RIBA D´Ave, em parceria com entidades locais de âmbito público e privado, tem um papel participativo na Rede Social do Município de Famalicão e no Município de Guimarães, junto da Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) e da Comissão Local de Ação Social (CLAS). Esta parceria tem o intuito de reunir as várias sinergias para delinear um plano de desenvolvimento social local, com base no diagnóstico das necessidades da população que integram os dois concelhos, tendo a SCM Riba D´Ave participado em duas reuniões.

ACOMPANHAMENTO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA UCC

O objetivo deste acompanhamento prende-se com a necessidade de garantir o acompanhamento humanizado aos utentes e suas famílias. Esta área de intervenção visa não apenas responder às necessidades emocionais, sociais e psicológicas dos doentes, mas também facilitar a sua adaptação ao processo de reabilitação nas diferentes tipologias: Unidade de Convalescença, Unidade de Média Duração e Reabilitação e a Unidade de Longa Duração e Manutenção.

É elaborado um plano de intervenção individual de cuidados multidisciplinar, cujo serviço psicossocial intervém em função das necessidades e do novo contexto de doença/dependência, capacitando e orientando as famílias para a continuidade dos cuidados no pós-alta que garantam a segurança e a qualidade de vida dos utentes.

Em 2024 foram acompanhados duzentos e setenta utentes em Convalescença, setenta e seis em Média Duração e vinte em Longa Duração.

Todas as reuniões e intervenções refletem-se em registos/avaliações nas plataformas Gestcare e SClinico, traduzindo-se em oitocentos e dez registos na Convalescença, duzentos e vinte oito registos na Unidade de Média Duração e oitenta registos na Unidade de Longa Duração.

Importante ressaltar que são realizados contactos com as famílias que não são passíveis de se monitorizar, pois verifica-se a necessidade de organizar transportes para consultas, preenchimento de documentação obrigatória nas alterações de tipologias, pedidos de



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

aproximação do domicílio, pedidos de prorrogações sociais e clínicas e declarações de internamento.

Foram realizadas vinte e quatro reuniões com familiares em Equipa Multidisciplinar, cento e vinte cinco reuniões com familiares e o Serviço Psicossocial e vinte e quatro mensais com a Equipa Coordenadora Local.

AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS

O Serviço colabora em situações que carecem de avaliação socioeconómica, nomeadamente para pedidos de isenção de taxas de internamento, assim como em situações de dívida.

Em 2023 foi sinalizado um processo, tendo-se procedido ao atendimento do utente e realizada a respetiva avaliação socioeconómica que, quando aplicável, é articulada com os serviços sociais locais.

3.1.4 CIDIFAD

O CIDIFAD apresenta-se como um projeto inovador, construído de raiz para possibilitar intervenção diferenciada e ajustada às especificidades dos diferentes estádios do processo demencial considerando as necessidades da população ao nível do apoio nas situações de demência. Perspetivando uma visão inovadora destas doenças e das pessoas com demência (PcD) e suas famílias, pretende-se a implementação de uma estratégia que promova um diagnóstico atempado e correto, o acesso a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos e uma intervenção dirigida às especificidades de cada PcD. A continuidade dos cuidados na comunidade e o apoio às famílias com internamentos quando necessários, incluindo os cuidados paliativos, são o foco principal para funcionamento desta infraestrutura.

Para operacionalizar um projeto diferenciador e cada vez mais sustentável, a Direção Técnica do CIDIFAD alicerçou o seu trabalho no Plano de Atividades proposto em outubro de 2023 e, simultaneamente, abraçou a proposta de abertura da Unidade de Longa Duração e Manutenção, sem especificidade para PcD, com sessenta camas e que concretizou em 15 de janeiro de 2024.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "Lacerte" and the number "21".

O CIDIFAD, embora mantivesse o seu apoio às PcD através das consultas de avaliação multidisciplinar e os serviços propostos decorrentes destas, sentiu algumas limitações que decorreram, sobretudo, da necessária disponibilidade de recursos para a integração de outros projetos no âmbito do SNS/RNCCI.

ACOMPANHAMENTO DA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A Direção Técnica acompanhou os trabalhos de manutenção da infraestrutura, propondo alterações que entendeu serem pertinentes para o bom funcionamento do Centro. Assinalou à Comissão Executiva da SCM Riba D´Ave a necessidade de melhorias sempre que a avaliação custo-benefício fosse favorável e ao Serviço de Instalações e Equipamentos (SIE) as diferentes necessidades de manutenção sempre que se confrontou com as mesmas.

Durante o ano 2024 foi alterada a estrutura do AT2, inicialmente com oito quartos pensados para acolhimento de famílias e cuidadores, que será constituída por dezasseis camas de internamento com o intuito de dar uma resposta mais ampla a doentes do Serviço Nacional de Saúde

Em articulação com o SIE, aconselhou e interveio na criação de circuitos operacionais que potenciassem a criação de ambientes de prestação de cuidados seguros e de qualidade.

A Direção Técnica avaliou necessidades e propôs à Comissão Executiva a aquisição de mobiliário e de equipamentos para as áreas técnicas de apoio à prática dos cuidados.

SERVIÇO DE INTERNAMENTO

No ano 2024 o CIDIFAD deu resposta a internamentos de diferentes tipologias:

- Regime de Tabela Social da SCM Riba D´Ave - Pessoas com demência, reabilitação ou agudos;
- Retaguarda do SNS - Utentes agudos ou a aguardar alocação em RNCCI ou em ERPI;
- Regime RNCCI - Unidade de Longa Duração e Manutenção.

No total, o CIDIFAD contabilizou 230 internamentos de diferentes tipologias, registando 24.903 diárias numa média de 108 dias de internamento.

CONSULTAS DE AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Mantiveram-se, no decurso de 2024, as consultas de avaliação multidisciplinares (CAMD). Estas consultas, compostas pela avaliação de sete profissionais distintos (médico psiquiatra, médico

Processo

07

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

fisiatra, neuropsicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, enfermeiro e assistente social) têm como objetivo a avaliação integral da PcD e o estabelecimento do respetivo Plano Individual Integrado de Cuidados (PIIC) onde se propõe à família a tipologia de serviços mais adequada à PcD, bem como todo o programa terapêutico a implementar. Durante o ano foram realizadas dezasseis CAMD que resultaram na integração de quatro doentes na Unidade de Dia e cinco doentes em Programas de Reabilitação Neurocognitiva.

CONSULTA EXTERNA

Além das CAMD, decorreram no CIDIFAD vinte e quatro consultas externas de Medicina Interna/Doente complexo, cento e quinze de Neurologia, duzentas e cinquenta e duas de Psiquiatria, doze de Psicologia e trinta e nove de Neuropsicologia.

UNIDADE DE DIA

Manteve-se a atividade na Unidade de Dia (UD), com capacidade total para 30 PcD. A UD funciona das 08h00 às 20h00, de segunda-feira a sexta-feira, para apoio à PcD cuja necessidade desta tipologia de cuidados seja identificada na CAMD inicial.

No seu período de funcionamento dá resposta ao PIIC de cada PcD, com recurso a Terapia Ocupacional (com utilização da Sala de Snoezelen, jardim sensorial, sala de reminiscências, sessões individuais e em pequenos grupos), Fisioterapia, Terapia da Fala, Psicoterapia, intervenção por nutrição, acompanhamento pelo serviço social, cuidados de higiene e alimentação no período de permanência na Unidade.

Ao longo de 2024 frequentaram a Unidade de Dia treze doentes tendo, após integrações e processos de alta que, por solicitação das famílias, decorreram ao longo do ano, terminado com oito utentes.

PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO NEURO-COGNITIVA

A resposta de acompanhamento em programas de reabilitação/estimulação, com frequência semanal, bissemanal ou trissemanal, vem a crescer lentamente. Esta intervenção resulta num acompanhamento individualizado cuja tipologia de sessões pode ser de estimulação cognitiva, fisioterapia e terapia ocupacional, com uma duração aproximada de 60 minutos/sessão.

Fl
Daceto
JS
127

Em 2024 foram integrados nestes programas cinco novos utentes provenientes das CAMD.

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO

O Departamento de Investigação e Formação do CIDIFAD centrou as suas atividades em quatro eixos principais de desenvolvimento:

1) Candidaturas para Financiamento de Projetos de Intervenção

Elaboração de candidaturas a financiamento para projetos de intervenção:

INNOV4LIFE | INTERREG España - Portugal

Término - Agosto 2026

Financiamento - 110 mil euros

O INNOV4LIFE será a primeira iniciativa para a criação de uma rede transfronteiriça de *LivingLabs* especializados em saúde digital e a disponibilizar serviços de validação em ambiente real, seguindo protocolos de base científica, de soluções digitais focadas nas demências e de degeneração cognitiva.

O projeto, promovido pela Universidade Porto, tem como parceiros a SCM Riba D´Ave, a Universidade de Santiago de Compostela, a Asociacion de familiares de enfermos de alzheimer y otras demências de Galicia (AFAGA), a Agência Gallega para la Gestión del Conocimiento en Salud (SERGAS) e Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC).

Acceleration Program Porto's Health Innovation Ecosystem | RIS Capacity Building

Término - Dezembro 2024

Financiamento - 5 mil euros

Programa de aceleração para start-ups para facilitar o acesso a workshops de mentoria, validação de ideias e plano de negócios.

Test Bed ITeCS | Winning

Término - Dezembro 2025

Financiamento - 38 mil euros

Consórcio constituído com o objetivo de promover a aceleração do desenvolvimento tecnológico de soluções na área da saúde digital.

Tem como parceiros, entre outros, a SCM Riba D´Ave, o Instituto Politécnico do Porto, a Decunify, a Vodafone, a Gonksys, a Unidade Local de Saúde de Santo António, o IPO Porto, o

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the number '07'.

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

Campus Neurológico Sénior, o Hospital Escola Universidade Fernando Pessoa, Câmara Municipal do Porto, a Multicare, a Roche, a Siemens Healthcare, a Fundação Champalimaud, a Microsoft, a ARS Norte, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e o Grupo CUF.

DEDUC | Instituto Politécnico do Porto

Término - Dezembro 2026
Financiamento - 35 mil euros

Apoio no desenvolvimento de um módulo de formação na área da demência.

2) Avaliação de Ações Formativas Previstas no Plano de Formação 2024

O Departamento de Investigação e Formação está a colaborar diretamente com o Centro de Formação Contínua da SCM Riba D’Ave, no planeamento, no desenvolvimento e na avaliação de todas as ações de formação realizadas.

3) Estudos de Investigação

- Estudo Multicêntrico: “Prioridades em Saúde Digital na área da Demência”
- Estudo Multicêntrico: “Explorar os obstáculos e facilitadores do desenvolvimento de estudos na área da saúde digital no contexto de um living lab na demência”
- Caracterização e trajetórias dos utentes de um centro especializado para pessoas com demência
- Projeto SINDIA (Promotor: Universidade de Coimbra)
- Projeto iSupport Footprint (Promotor: ICBAS)
- DECOHDE (Promotor: Universidade de Aveiro)
- O impacto da prescrição cultural na qualidade de vida de cuidadores (Através do projeto TESTBED)
- Realidade Virtual Terapêutica na Gestão da Dor de Adultos Idosos em ambiente clínico e hospitalar (Através do projeto TESTBED)

4) Divulgação Científica

1. Alves, S., Duarte, N., Ferreira, M., Paúl, C., Exploring Dementia-Friendly Environments in Long-Term Care Facilities: Perspectives from Multiple Stakeholders in Portugal. Journal of Aging and Environment. Doi:10.1080/26892618.2024.2302190

2. Alves, S., Duarte, N., Gomes, B. Forecasting dementia prevalence for Portugal between 2020-2080. *Journal of Geriatric Psychiatry and Neurology*. 37(5): 403-412. DOI: 10.1177/08919887241237220
3. Figueiredo, F., Midão, Carrilho, J., Videira, D. H., Alves, S., Duarte, N., Bessa, M.J., Fidalgo, J.M., García, M., Facal, D., Felpele-López, A., Filgueira, I.F., Bernárdez, J.C., Rodríguez, M. and Costa, E. A Comprehensive Analysis of Digital Health-Focused Living Labs: Innovative Approaches to Dementia. *Frontiers in Medicine*. 2024 Jul 10;11:1418612. doi: 10.3389/fmed.2024.1418612.
4. Teles, S., Viana, J., Freitas, A., Ribeiro, O., Alves, S., Ferreira, A.M., Paúl, C. Predicting Informal Dementia Caregivers' Desire to Institutionalize through Mining Data from an eHealth Platform. *BMC Geriatr* 24, 721 (2024). <https://doi.org/10.1186/s12877-024-05128-5>
5. Teles, S., Alves, S., Ribeiro, O., Freitas, A., Ferreira, A.M., Paúl, C. Profiling Early Adopters of 'iSupport-Portugal': A Country-Specific Version of a Worldwide Adapted Digital Support Program for Informal Caregivers of People with Dementia. *Front. Psychol.* 15:1359695. doi: 10.3389/fpsyg.2024.1359695
6. Teles, S., Sosa Napolskij, M., Ribeiro, O., Alves, S., Freitas, A., Ferreira, A.M., Paúl, C. Willingness to Institutionalize a relative with Dementia: A Web-Platform assessment with the Portuguese Adapted Version of the Desire-to-Institutionalize Scale (DIS). *Frontiers in Medicine* doi: 10.3389/fmed.2023.1277565

3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D'AVE

3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS

A atividade do Gabinete de Recursos Humanos (GRH) da SCM Riba D'Ave é transversal a todas as Unidades Funcionais e valências da instituição pelo que, no seguimento do que tem sido feito nos anos anteriores, o Gabinete promove e colabora na implementação de medidas e procedimentos que tem como objetivo rentabilizar os recursos sem, no entanto, esquecer as condições de trabalho que permitam satisfazer e motivar todos os profissionais.

As medidas e procedimentos são sempre idealizadas para grupos profissionais e serviços nos quais estão integrados sendo certo que, face ao número de profissionais da Instituição, existem frequentemente situações individuais que merecem uma apreciação e soluções concretas.



Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D' Ave

À semelhança de 2023, também em 2024 verificou-se um aumento do número de ausências e cessações de contratos de trabalho, o qual, no caso da saída de profissionais, é justificada por um aumento de recrutamento no setor público. Nesse sentido o Gabinete de Recursos Humanos, juntamente com os diferentes coordenadores, assumiu uma política de gestão de recursos ainda mais rigorosa para, deste modo, conseguir uma resposta adequada às especificidades de cada Serviço o que, inevitavelmente, implicou a implementação de novas medidas e procedimentos.

Das normais atividades desenvolvidas pelo Gabinete, destacam-se:

- Elaboração de um novo Regulamento das Relações Laborais;
- Monitorização da satisfação dos colaboradores;
- Conclusão do processo de avaliação de desempenho a executar em 2025;
- Monitorizar horários e cumprimentos dos procedimentos legais;
- Desenvolvimento de formação e integração de novos colaboradores;
- Continuidade do Plano de Formação, com implementação de sistema de avaliação de quatro níveis: Reação, Aprendizagens, Comportamento e Resultados;
- Definição de estratégias e programação de ações, que contribuiram para uma maior eficácia da gestão, aproveitamento de recursos, maior envolvimento e participação dos colaboradores;
- Monitorização das práticas administrativas dos recursos humanos;
- Análise e acompanhamento de situações específicas de trabalhadores.

CONTRATAÇÕES

No que diz respeito a admissões e cessações dos contratos de trabalho, é de salientar:

- A contratação de trinta e oito profissionais;
- A celebração de contratos de substituição de forma a dar resposta às ausências de longa duração;
- Na cessação de cinquenta e dois contratos de trabalho por iniciativa do trabalhador, situação de reforma ou invalidez.
- A 31 de dezembro 2024, o número total de funcionários do quadro era de 458 efetivos.



3.2.2 GABINETE DO UTENTE E APOIO JURÍDICO

A atividade do Gabinete do Utente e Apoio Jurídico (GUAJ) visou, essencialmente, a gestão de reclamações apresentadas pelos utentes, trabalhando, ainda, em promover a redução do número de exposições e, sobretudo, pela resolução das situações expostas.

No âmbito da atividade do GUAJ, foram ainda realizadas formações sobre questões legais inerentes ao bom funcionamento dos diversos serviços, incluindo proteção de dados pessoais, uma vez que, neste Gabinete, está integrado o Encarregado da Proteção de Dados (*Data Protection Officer*) da SCM Riba D'Ave.

Numa lógica de continuidade, a atividade do Gabinete do Utente e Apoio Jurídico (GUAJ) visou, essencialmente, a gestão de reclamações apresentadas pelos utentes com o objetivo de evitar a sua concretização, bem como conseguir uma solução que vá ao encontro das suas necessidades.

No âmbito dos processos de "Maior Acompanhado", o Gabinete é ainda responsável pelas dinâmicas e atividades que salvaguardem os direitos e interesses dos utentes a quem foi judicialmente decretado o papel de *Acompanhante* à SCM Riba D'Ave.

Por último, uma vez que o Gabinete agrega a figura de Encarregado da Proteção de Dados (*Data Protection Officer*) da SCM Riba D'Ave, foi desenvolvida toda a atividade inerente ao cumprimento da Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com a elaboração de documentos, monitorização de procedimentos, elaboração de pareceres e formação sobre o tema.

GABINETE DA QUALIDADE

Em 2024 realizaram-se atividades no âmbito de recomendações emitidas por entidades externas, solicitações de colaboração interna, auditorias e monitorização de indicadores contratualizados, assumindo-se como um importante suporte à definição de novas prioridades e objetivos.

Tendo em vista o prestígio e a qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade, o Gabinete assumiu a melhoria contínua da Qualidade da instituição, promovendo o desenvolvimento de processos e de normas de atuação organizacional.

L. Lauer
B. J.
07

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

Em 2024, a SCM Riba D´Ave conquistou um marco significativo no desenvolvimento do Centro de Formação Contínua (CFC) e que resultou na obtenção da Certificação do Departamento pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). Esta certificação representa um importante reconhecimento oficial da qualidade e da conformidade das nossas atividades de formação com os padrões exigidos pelas entidades reguladoras, o que, não só fortalece a credibilidade do nosso trabalho, mas garante, também, que estamos devidamente alinhados com as melhores práticas de formação nacionais.

Durante o ano, o CFC esteve focado na formação dos colaboradores. Focado em proporcionar uma formação de qualidade, o CFC concentrou-se na melhoria de competências dos profissionais, com foco na atualização dos seus conhecimentos e desenvolvimento de novas competências que contribuam para o seu crescimento profissional e da instituição.

Foram administradas diversas ações de formação, tanto em formato presencial como híbrido, abordando temas em diversas áreas como o *Controlo de Infeção*, *Gestão e Motivação de Equipas*, *Terapia da Fala* e *Educação Positiva*, totalizando setecentos e vinte e um formandos em dezoito ações, totalizando mais de 2.400 horas.

O CFC tentou diversificar a oferta de ações de formação de forma a dar resposta a vários Serviços e Departamentos da SCM Riba D´Ave, como áreas administrativas, operacionais e de liderança.

A qualidade das ações foi sendo avaliada através de questionários de avaliação da satisfação, sendo que, no global, os formandos mostraram estar *Bastante Satisfeitos* ou *Extremamente Satisfeitos* com as ações de formação, revelando uma avaliação de 94.5%.

Foi realizada uma parceria com empresa de formação APHTUS para o desenvolvimento de ações de formação personalizadas e direcionadas a temas específicos como "Gestão e Motivação de Equipas", "Cuidados Paliativos" e "Comunicação e Gestão de Conflitos", tendo sido financiadas pelos Fundos de Compensação do Trabalho. Estas ações de formação visam dar resposta às necessidades formativas identificadas pelos coordenadores de serviço e através de diagnóstico realizado junto dos colaboradores sobre as suas necessidades formativas.

R.
D. Ave
JST
07

Em 2024, o CFC manteve as parcerias com universidades e escolas de formação profissional para o acolhimento de alunos em estágios académicos, tendo recebido sessenta e dois alunos de diversas áreas e graus de especialização.

3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA

Em 2024, o Serviço de Alimentação e Dietética continuou a ter a seu cargo as ementas do Hospital Narciso Ferreira, do Centro Infantil de Pevidém e do CIDIFAD, tendo sido dada continuidade à gestão do desperdício dos consumos necessários a todas as unidades.

Ao longo do ano, foi ainda mantido o sistema *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP), implementado no Hospital, no Centro Infantil e no CIDIFAD, com a renovação do contrato com a empresa OrtigaQual para a realização de análises microbiológicas.

3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Depois da suspensão da parceria com a The Curio Agency, empresa parceira da SCM Riba D´Ave na área da comunicação, a tarefa ficou a cargo de recursos internos da SCM Riba D´Ave, tendo sido dada particular atenção ao Portal da SCM Riba D´Ave e às páginas do Facebook.

Ao longo do ano, foi promovida a execução de diversos itens digitais, como assinaturas institucionais, *flyers*, *banners* e capas.

No Facebook, o número de seguidores das páginas da Misericórdia teve um crescimento de 4,1%, com especial destaque para a da *SCM Riba D´Ave*, ao qual não serão alheias as cirurgias no âmbito do Programa SIGIC que promovem a procura de informação da instituição. Ao longo do ano foram divulgadas cinquenta e cinco publicações com um total de cento e quarenta e três mil visualizações.

3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Em 2024, no trabalho desenvolvido pelo Serviço de Informática destacou-se:

- a) Monitorização das tentativas de ataques cibernéticos. Registados 1,5 e-mails a cada semana, representado um recuo de 11% face ao ano anterior.
- b) Preparação da migração para a nova versão do ERP, Cegid Primavera Evolution.
- c) Elaboração de aplicativos informáticos para os diferentes serviços da SCM Riba D´Ave.

Sacris
FAD
M

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

- d) Processo de renovação do parque de hardware da SCM Riba D’Ave, em particular das áreas clínicas de internamento.
- e) Ajuste tecnológico das tabelas de preços internas e convencionadas.
- f) Processo de melhoria contínuo do sistema MedApp (antigo i-medical) para armazenamento e disponibilização de imagens para o exterior.
- g) Apoio na integração do sistema Astraia para a realização das ecografias obstétricas.
- h) Apoio na adaptação tecnológica do edifício AT2, no CIDIFAD, como Serviço de Internamento de Medicina.
- i) Integração de plataformas das diferentes ULS para uma célere e segura comunicação clínica e administrativa resultante dos protocolos com a SCM Riba D’Ave.
- j) Início dos trabalhos para a atualização do Portal da SCM Riba D’Ave.
- k) Apoio no processo de migração para o SONHO V2.

3.2.6 GABINETE DE TRANSPORTES

O Gabinete de Transportes da SCM Riba D’Ave promove o transporte de pessoas, mercadorias e correspondência entre as valências da Misericórdia, entre a Instituição e o exterior e vice-versa, sendo-lhe exigido o planeamento e a execução de diferentes deslocações, assegurando uma gestão eficaz e racional dos recursos disponíveis.

Durante o ano foram organizados cento e catorze transportes pós-operatórios de utentes do Programa SIGIC ao seu domicílio, sendo dada prioridade à utilização de transportes públicos em detrimento dos recursos da instituição o que resultou numa poupança na ordem dos 1.6 mil euros. Esta estratégia será para manter, sendo, necessária uma avaliação de cada situação e a sua monitorização até à chegada do utente ao domicílio.

Fl.
 J. Ferreira
 07

4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE

4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no seguinte quadro:

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Serviço de Atendimento Permanente | 56 500 | 61 558 | 61 269 |
| Intervenções Cirúrgicas | 5 896 | 5 827 | 6 916 |
| Consultas Externas | 80 004 | 77 545 | 78 214 |
| Exames Complementares de Diagnóstico | 91 440 | 94 571 | 87 091 |
| Tratamentos de Fisioterapia | 398 608 | 390 117 | 361 782 |
| TOTAL | 632 448 | 629 618 | 595 272 |

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

A quebra na atividade de *Exames Complementares de Diagnóstico* e de *Tratamentos de Fisioterapia* resulta da menor emissão de requisições médicas (P1) por parte dos Centros de Saúde na sequência da sua transferência organizacional da ARS Norte para as novas Unidades Locais de Saúde, afetando as áreas de diagnóstico de Gastreenterologia, Pneumologia e Cardiologia.

Pela positiva, constatou-se uma forte procura do Serviço Cirúrgico do Hospital Narciso Ferreira, tendo sido alcançado o segundo mais elevado número de cirurgias realizadas na instituição, as quais foram acompanhadas pelo registo do crescimento das consultas de especialidade. Este crescimento é explicado pela atividade realizada no âmbito do Programa SIGIC e de protocolos com as ULS Alto Ave, Médio Ave e Braga.

4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS E SERVIÇO INTERNAMENTO MÉDICO

No que ao Serviço de Internamento de Medicina diz respeito, realce, também, para o apoio que ao longo do ano foi mantido ao Serviço Nacional de Saúde, cumprindo a sua posição de colaboração com o Estado na área da Saúde. Esta disponibilidade garantiu o internamento de doentes provenientes das ULS Alto Ave e Médio Ave.

Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados, o ano de 2024 marca o início da atividade protocolada do CIDIFAD com a assinatura do Contrato-Programa para a disponibilização de sessenta camas de Longa Duração e Manutenção. Inaugurada em 15 de janeiro de 2024, a

S. Soares
#800
927

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

elevada referenciação de utentes registada permitiu que, ainda em fevereiro, fosse atingida uma taxa de ocupação de 90%, tendo chegado ao final do ano acima dos 97%.

Na Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Narciso Ferreira, verificou-se um crescimento do número de diárias global, tendo garantido a manutenção de uma taxa de ocupação média de 96% nas tipologias de Convalescença, Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

| Tipo de Valência | Dias de Internamento | | |
|------------------|----------------------|--------|--------|
| | 2022 | 2023 | 2024 |
| Longa Duração | 5 260 | 5 085 | 5 044 |
| Média Duração | 8 520 | 8 812 | 8 906 |
| Convalescença | 9 516 | 9 637 | 9 781 |
| CIDIFAD | 20 548 | 21 519 | 28 266 |

Fig. 2 - UICC/SIM

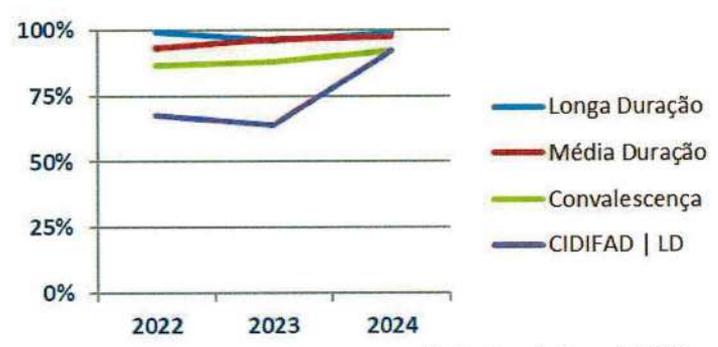


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UICC

4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No Centro Infantil de Pevidém mantem-se a estabilização no número de crianças inscritas, com noventa crianças em Creche, cem em Pré-escolar e quarenta em ATL, o que garante taxas de ocupação de 98%, 100% e 100%, respetivamente.

O Centro Infantil termina o ano com duzentas e trinta crianças inscritas, o mais elevado desde que, em 2012, passou para a gestão da SCM Riba D’Ave

P. Paulo
PA

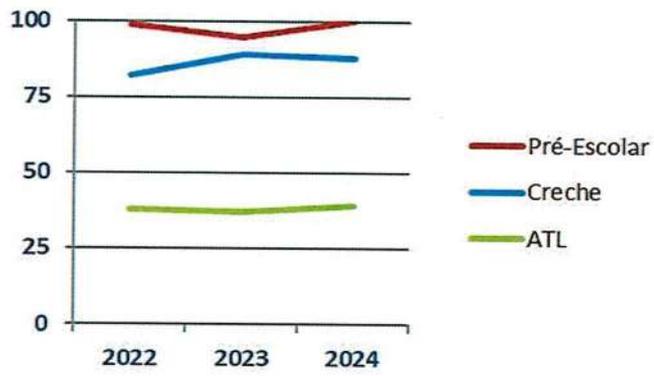


Fig. 4 - Inscrições CIP

5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1 RESULTADOS

Do ano de 2024 ressaltam as duas grandes rubricas de *Rendimentos* e de *Despesas*:

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|--------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| Rendimentos | 22 551 876 € | 23 081 249 € | 25 339 888 € |
| Despesas | 22 501 363 € | 22 967 001 € | 24 849 929 € |
| RESULTADO LÍQUIDO | 50 513 € | 114 247 € | 489 959 € |
| Evolução dos Rendimentos | 3,94% | 2,35% | 9,79% |
| Evolução das Despesas | 6,28% | 2,07% | 8,20% |

Fig. 5 - Resultado Líquido Anual

Com um volume de *Rendimentos* de 25.3 milhões de euros, o ano de 2024 registou o mais elevado valor alguma vez alcançado pela SCM Riba D´Ave, com um crescimento de 2.3 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução, na ordem dos 9,8%, quando comparada com o crescimento da *Despesa* de 8,2%, permite constatar uma melhoria da eficiência da ação social da instituição e o melhor resultado desde 2020.

Com um Contrato-Programa semelhante ao dos anos anteriores, a performance dos *Rendimentos* resultou, fundamentalmente, da elevada atividade cirúrgica do Hospital Narciso Ferreira, a segunda mais alta realizada pela instituição, e do início da nova Unidade de Cuidados Continuados do CIDIFAD.

Ao nível das *Despesas*, embora de menor incidência, verifica-se um crescimento dos custos que resultaram do aumento da atividade e das prestações sociais, nomeadamente ao nível dos *Honorários* e das *Compras*.

Os pontos descritos resultaram, assim, em *Despesas* de 24.850 mil de euros e de *Rendimentos* de 25.340 mil de euros, originado um *Resultado Líquido* de 489.959 €.

W. Calves
H. J.
R. J.

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Prestação de Serviços | 21 191 094 € | 22 617 809 € | 24 901 409 € |
| Volume de Negócios | 21 191 094 € | 22 617 809 € | 24 901 409 € |
| Compras | 2 449 674 € | 2 578 966 € | 3 020 135 € |
| Forn. Serv. Externos | 3 002 048 € | 2 624 728 € | 2 241 868 € |
| Encargos com Pessoal | 15 374 730 € | 15 441 848 € | 16 771 459 € |
| EBITDA | 364 642 € | 1 972 267 € | 2 867 947 € |
| Depreciações | 1 545 457 € | 1 402 748 € | 2 328 025 € |
| Provisões | 0 € | 334 000 € | 0 € |
| Outros Rendimentos | 1 360 782 € | 463 440 € | 438 479 € |
| Outros Gastos | 129 454 € | 584 712 € | 488 442 € |
| Resultado Líquido | 50 513 € | 114 247 € | 489 959 € |

Fig. 6 - EBITDA

| | 2022 | 2023 | Orç. 2024 | 2024 | Δ Orç. (%) |
|--------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| Rendimentos | 22 551 876 € | 23 081 249 € | 24 234 674 € | 25 339 888 € | 4,56% |
| Despesas | 22 501 363 € | 22 967 001 € | 24 009 631 € | 24 849 929 € | 3,50% |
| Meios Libertos | 1 595 970 € | 1 850 995 € | 2 556 064 € | 2 817 984 € | 10,25% |
| Depreciações | 1 545 457 € | 1 402 748 € | 2 331 021 € | 2 328 025 € | -0,13% |
| Provisões | | 334 000 € | 0 € | 0 € | n/a |
| Investimentos | 2 908 238 € | 1 300 550 € | 372 808 € | 454 360 € | 21,88% |
| Meios Libertos Líquidos | -1 312 268 € | 550 446 € | 2 183 256 € | 2 363 624 € | 8,26% |
| Resultado Líquido | 50 513 € | 114 247 € | 225 043 € | 489 959 € | 117,72% |

Fig. 7 - Meios Libertos

Embora com um orçamento que já antecipava um aumento da faturação de cerca de 5%, o ano de 2024 demonstrou a capacidade da instituição para atingir um volume de faturação superior a 25 milhões de euros, ultrapassando, em mais de um milhão de euros, o orçamento e registando um crescimento de 9,8% face a 2023.

Este desempenho, moderadamente acompanhado pela evolução da *Despesa*, garantiu um volume de *Meios Libertos* de 2.8 milhões de euros, o segundo mais elevado alguma vez obtido pela instituição e fundamental no cumprimento das amortizações resultantes dos investimentos concretizados nos últimos dez anos e que ascendem a 35 milhões de euros.

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

Apesar do crescimento das *Depreciações*, fortemente influenciado pelo início da atividade do CIDIFAD, o *Resultado Líquido* quadruplicou o valor atingido em 2023, assegurando, no espaço de dois anos, o crescimento em 75% dos *Meios Libertos* da instituição.

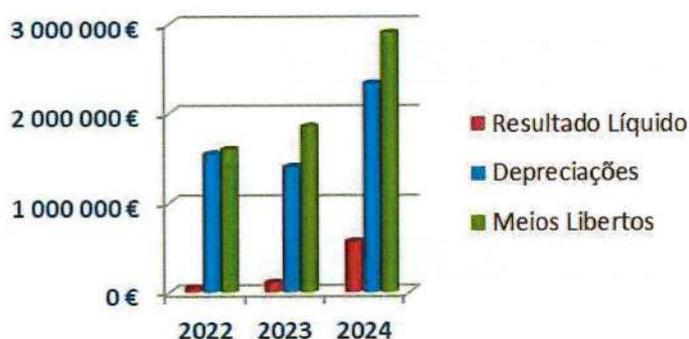


Fig. 8 - Evolução dos Resultados

5.1.1 RENDIMENTOS

Relativamente aos *Rendimentos*, podemos estabelecer as seguintes comparações:

| Rendimentos | 2023 | Orç. 2024 | 2024 | Δ 23/24 (%) | Δ Orç./24 (%) |
|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------|
| Cirurgias | 10 778 503 € | 10 392 678 € | 11 995 818 € | 11,29% | 15,43% |
| CIDIFAD | 2 679 809 € | 4 348 111 € | 3 253 220 € | 21,40% | -25,18% |
| UCCI | 2 473 067 € | 2 497 671 € | 2 647 117 € | 7,04% | 5,98% |
| Consultas | 1 612 804 € | 1 388 215 € | 1 695 297 € | 5,11% | 22,12% |
| MCDT | 1 720 258 € | 1 837 562 € | 1 593 151 € | -7,39% | -13,30% |
| SAP | 1 351 338 € | 1 314 063 € | 1 535 856 € | 13,65% | 16,88% |
| Fisioterapia | 1 191 498 € | 1 237 764 € | 1 225 008 € | 2,81% | -1,03% |
| Centro Infantil | 896 185 € | 947 675 € | 956 646 € | 6,75% | 0,95% |
| Outros | 377 787 € | 270 935 € | 437 775 € | 15,88% | 61,58% |
| TOTAL | 23 081 249 € | 24 234 674 € | 25 339 888 € | 9,79% | 4,56% |

Fig. 9 - Rendimentos

Na variação orçamental, constatamos o significativo impacto do adiamento dos Acordos para a Unidade de Cuidados Paliativos e Unidade de Dia e Promoção de Autonomia, respostas sociais do CIDIFAD e que resultou numa variação negativa de 25,2%. Já no Hospital, a transferência das responsabilidades da ARS Norte para as novas Unidades Locais Saúde tem resultado numa diminuição de emissões de prescrições médicas (P1) para *Meios Complementares de Diagnóstico*

76.
Carreiras
17

e *Terapêutica*. Pela positiva, de realçar a variação da atividade *Cirúrgica* e de *Consultas de Especialidade* resultante, fundamentalmente, do Programa SIGIC e de protocolos com as ULS Alto Ave, Médio Ave e Braga.

Quando comparado com o ano de 2023, é visível um decréscimo da rubrica *MCDT*, fruto da menor emissão de credenciais (P1) por parte dos médicos de família, e um considerável crescimento nas rubricas *Cirurgias* e *CIDIFAD*, resultante de Protocolos com as novas ULS e da abertura da nova Unidade de Cuidados Continuados, respetivamente.

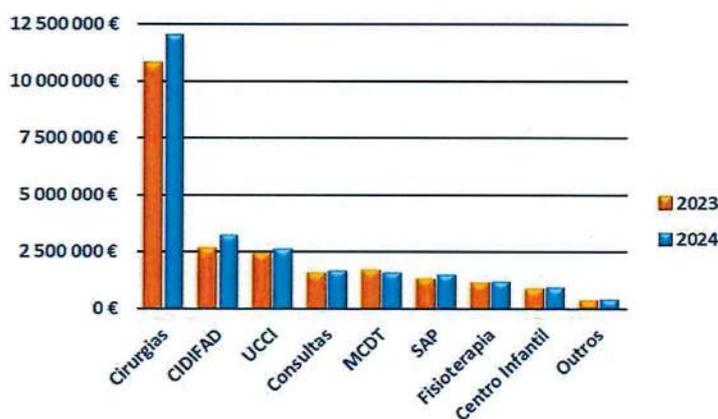


Fig. 10 - Rendimentos

5.1.2 DESPESAS

Relativamente às *Despesas*, constatamos o seguinte:

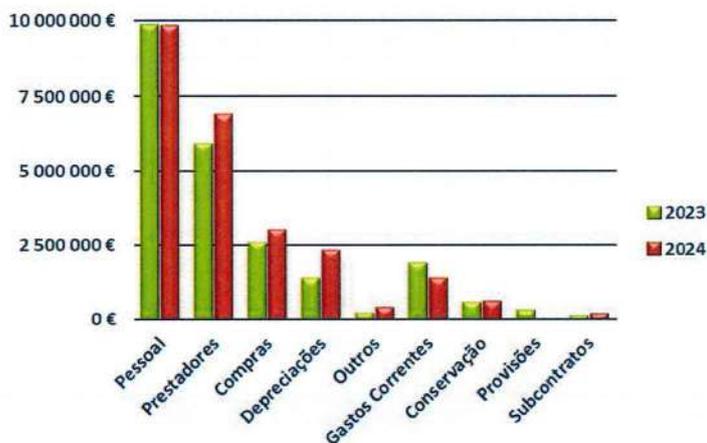
| Despesas | 2023 | Orç. 2024 | 2024 | Δ 23/24 (%) | Δ Orç./24 (%) |
|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------|---------------|
| Pessoal | 9 875 199 € | 10 249 508 € | 9 858 672 € | -0,17% | -3,81% |
| Prestadores | 5 931 774 € | 6 338 950 € | 6 912 788 € | 16,54% | 9,05% |
| Compras | 2 578 966 € | 2 561 225 € | 3 020 135 € | 17,11% | 17,92% |
| Depreciações | 1 402 748 € | 2 331 021 € | 2 328 025 € | 65,96% | -0,13% |
| Outros | 227 050 € | 321 500 € | 432 834 € | 90,63% | 34,63% |
| Gastos Correntes | 1 899 058 € | 1 577 958 € | 1 485 833 € | -21,76% | -5,84% |
| Conservação | 598 835 € | 501 100 € | 626 893 € | 4,69% | 25,10% |
| Provisões | 334 000 € | 0 € | 0 € | -100,00% | n/a |
| Subcontratos | 119 371 € | 128 369 € | 184 749 € | 54,77% | 43,92% |
| TOTAL | 22 967 001 € | 24 009 631 € | 24 849 929 € | 8,20% | 3,50% |

Fig. 11 - Despesas

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

Olhado à execução orçamental, a quebra verificada na rúbrica *Pessoal* resulta do facto da Tabela Salarial da União das Misericórdias Portuguesas não ter sido publicada em 2024, tendo a SCM Riba D´Ave, para benefício dos seus funcionários, aplicado os valores previstos em junho e em setembro. Já a poupança em *Gastos Correntes* resulta da diminuição da compra de eletricidade que, motivada pela produção fotovoltaica de 460,50 MWh, reduziu o consumo em 25%. Por outro lado, a variação das *Compras* teve origem no importante aumento da atividade cirúrgica, enquanto que o aumento da rúbrica *Conservação* resulta de uma intervenção extraordinária no equipamento de Ressonância Magnética e no sistema Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado do Edifício 3, nomeadamente, no Refeitório e na Unida de Cuidados Continuados do Hospital.

Se compararmos com período homólogo, constatamos uma significativa variação da rúbrica *Prestadores* em resultado do aumento da atividade cirúrgica. As *Depreciações*, resultante do início do processo de amortização do complexo edificado do CIDIFAD, e *Outros*, com origem nas elevadas taxas Euribor que, ao longo do ano, atingiram os 3,9%, iniciando o trajeto de descida apenas durante o segundo semestre para, ainda assim, se fixarem nos 2,6%, revelaram também um significativo impacto. Como variação negativa, verificamos a poupança obtida com eletricidade, gás e combustível, bem como o impacto da *Provisão* assumida em 2023 no âmbito processo judicial que opõe treze trabalhadores e antigos trabalhadores à SCM Riba D´Ave.



R.

V. Alves

Ji

FB

17

5.2 UNIDADES FUNCIONAIS

5.2.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA / UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Rendimentos | 18 719 555 € | 19 505 254 € | 20 664 385 € |
| Prestação de Serviços | 18 598 599 € | 19 095 626 € | 20 391 587 € |
| Outros | 120 956 € | 409 628 € | 272 798 € |
| Despesas | 18 335 621 € | 18 676 055 € | 19 157 383 € |
| Encargos com Pessoal | 12 463 700 € | 12 533 214 € | 12 948 826 € |
| Forn. Serv. Externos | 2 309 294 € | 2 153 702 € | 2 163 792 € |
| Compras | 2 201 647 € | 2 151 475 € | 2 553 915 € |
| Depreciações | 1 257 480 € | 1 091 520 € | 1 107 573 € |
| Outros | 103 500 € | 746 144 € | 383 277 € |
| CONTRIBUTO | 383 934 € | 829 199 € | 1 507 002 € |

Fig. 13 - Contributo HNF e UCC

Resultante do crescimento da atividade cirúrgica, ao abrigo do Programa SIGIC e de Protocolos com as ULS Alto Ave, Médio Ave, Braga, os *Rendimentos* do Hospital Narciso Ferreira representam 82% do aumento da faturação da instituição, resultando num *Contributo* de 1.507 mil euros na atividade social da SCM Riba D´Ave.

5.2.2 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos | 861 165 € | 896 185 € | 956 646 € |
| Matrículas/Mensalidades | 235 331 € | 239 509 € | 213 536 € |
| Comp. Segurança Social | 535 435 € | 632 670 € | 698 483 € |
| Outros | 90 399 € | 24 006 € | 44 627 € |
| Cantina Social | | | |
| Despesas | 843 535 € | 850 430 € | 899 512 € |
| Encargos com Pessoal | 611 889 € | 665 976 € | 705 909 € |
| Forn. Serv. Externos | 108 387 € | 79 939 € | 86 859 € |
| Compras | 62 058 € | 55 800 € | 63 679 € |
| Depreciações | 37 094 € | 36 784 € | 37 250 € |
| Outros | 24 107 € | 11 931 € | 5 815 € |
| Cantina Social | | | |
| CONTRIBUTO | 17 630 € | 45 755 € | 57 134 € |

Fig. 14 - Contributo UISE

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Lancei" and initials "PM".

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

Com um aumento dos *Rendimentos* de 6,8%, contrastando com um incremento das despesas de 5,8%, verifica-se um *Contributo* da Unidade Funcional de 57.1 mil euros, o que representa o melhor resultado de sempre da Unidade de Intervenção Social e Educativa.

Esta Unidade Funcional, além do Centro Infantil, incorpora a atividade resultante do Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social e do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.

5.2.3 CIDIFAD

| | 2024 |
|----------------------|---------------------|
| Rendimentos | 3 718 857 € |
| Serviço Internamento | 3 399 297 € |
| Ambulatório Demência | 153 923 € |
| Outros | 165 637 € |
| Despesas | 4 793 034 € |
| Encargos com Pessoal | 2 770 040 € |
| Forn. Serv. Externos | 393 509 € |
| Compras | 402 541 € |
| Depreciações | 1 183 202 € |
| Outros | 43 742 € |
| CONTRIBUTO | -1 074 177 € |

Fig.15 - Contributo CIDIFAD

O aumento dos *Rendimentos* resulta do início da atividade protocolada do CIDIFAD, nomeadamente com a abertura da nova Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção. Este serviço, quando comparado com o anterior *Programa de Acolhimento de Altas Sociais*, além de promover um aumento do valor das diárias, garante uma elevada taxa de ocupação da Unidade. Do lado das *Despesas*, é visível o peso que as *Depreciações*, tal como o previsto, representarão nos primeiros anos da Unidade.

Embora com um *Contributo* negativo de 1.074 mil euros, em 2024 já libertou meios na ordem dos 109 mil euros.

5.3 BALANÇO

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| ATIVO | 43 995 898 € | 43 700 476 € | 42 384 012 € |
| Ativo Não Corrente | 33 771 334 € | 33 670 760 € | 31 928 521 € |
| Ativo Corrente | 10 224 564 € | 10 029 716 € | 10 455 491 € |
| Inventários | 418 864 € | 353 731 € | 326 459 € |
| Dívidas de Terceiros | 9 084 343 € | 8 639 470 € | 9 285 298 € |
| Meios Financeiros Líquidos | 721 358 € | 1 036 515 € | 843 734 € |
| PASSIVO | 22 467 522 € | 22 088 242 € | 20 397 634 € |
| Passivo Não Corrente | 12 517 899 € | 12 173 737 € | 10 793 861 € |
| Passivo Corrente | 9 949 623 € | 9 914 505 € | 9 603 773 € |
| Financiamento Externo | 3 720 936 € | 3 688 557 € | 3 017 115 € |
| Fornecedores | 1 656 741 € | 1 626 681 € | 1 822 574 € |
| Prestadores de Serviços | 1 357 159 € | 1 270 863 € | 1 491 197 € |
| Outros | 3 214 788 € | 3 328 405 € | 3 272 887 € |
| PATRIMÓNIO | 21 528 376 € | 21 612 234 € | 21 986 378 € |
| Fundos Patrimoniais | 21 477 863 € | 21 497 987 € | 21 496 420 € |
| Resultado Líquido | 50 513 € | 114 247 € | 489 959 € |

Fig. 16 - Balanço

No *Ativo Não Corrente*, com o início do processo de depreciações do CIDIFAD que, em 2024, foi de 1.183 mil euros, regista-se o valor de 31.9 milhões de euros.

Já no *Ativo Corrente*, a rubrica *Dívidas de Terceiros* regista um crescimento de 7,5% resultante da elevada atividade cirúrgica fora do âmbito do Contrato-Programa e que, há semelhança dos anos anteriores, será liquidada no início do ano subsequente.

No que diz respeito ao *Passivo*, é visível a amortização dos financiamentos que garantiram os investimentos da SCM Riba D´Ave no Hospital, no CIDIFAD e na Casa Conde de Riba D´Ave, no montante de 1.8 milhões de euros.

Relativamente ao peso da dívida, depois de quatro anos de valores muito próximos dos 100%, fruto do elevado nível de faturação, o ano termina com uma redução de 15,2 pontos percentuais, fixando a dívida em 80,5% do volume de rendimentos da SCM Riba D´Ave.

07
 Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

Embora muito positiva, esta evolução deverá ser mantida nos próximos anos de modo a ser promovido um aumento da autonomia financeira, atualmente em 51,9%, o que se refletirá numa redução dos custos financeiros.

Embora o *Ativo* evidencie um decréscimo de 3%, este é largamente ultrapassado pelo recuo do *Passivo* em 7,7%, permitindo à SCM Riba D´Ave atingir o mais elevado valor de *Património Líquido* com 21.986 mil de euros.

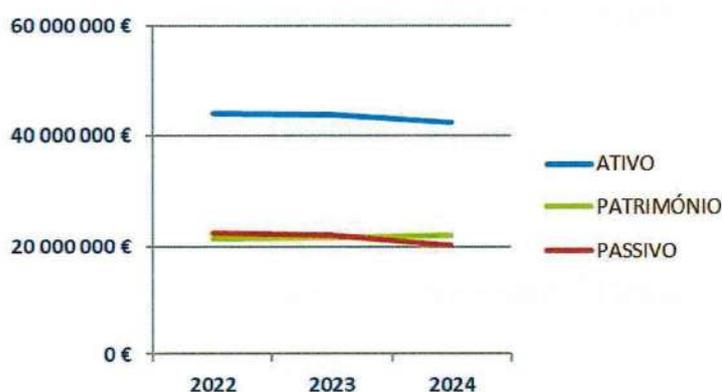


Fig. 17 - Evolução do Património

Pela primeira vez desde 2021, a *Situação Líquida* ultrapassa o valor do *Passivo*, posição que se espera ver reforçada nos próximos anos com a expectável melhoria dos resultados e a regular amortização da dívida contraída na prossecução dos investimentos realizados.

5.4 INVESTIMENTOS

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Riba D´Ave:

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|------------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| Edifícios | 714 534 € | 993 226 € | 18 191 846 € |
| Terrenos | 1 497 058 € | 0 € | 0 € |
| Equipamento Diverso | 376 687 € | 145 309 € | 345 837 € |
| Investimentos em Curso | 319 959 € | 162 015 € | -18 083 323 € |
| Total | 2 908 238 € | 1 300 550 € | 454 360 € |

Fig. 18 - Investimentos

7c
 Passos
 #

O ano é marcado pelo investimento na aquisição de um microscópio ZEISS Tivato 700 Spine, para a realização de cirurgias de coluna e de Otorrinolaringologia, e pelo Ecógrafo General Electric Voluson E10 | Topo de Gama, para a realização de ecografias obstétricas, pelo montante global de 206 mil euros.

Na rúbrica *Edifícios*, encontra-se refletida a conclusão da empreitada do CIDIFAD, cujo montante de investimento se vê transferido da rúbrica *Investimento em Curso*, no valor de 18 milhões de euros.

5.5 FUNDO DE MANEIO

A quebra de 3% do *Passivo Corrente*, aliado ao avanço do *Ativo Corrente* em 3,6%, promoveu o crescimento do *Fundo de Maneio* para os 773 mil euros, perspetivando-se, depois uma quebra significativa nos últimos anos, um reforço da sua firmeza e sustentabilidade.

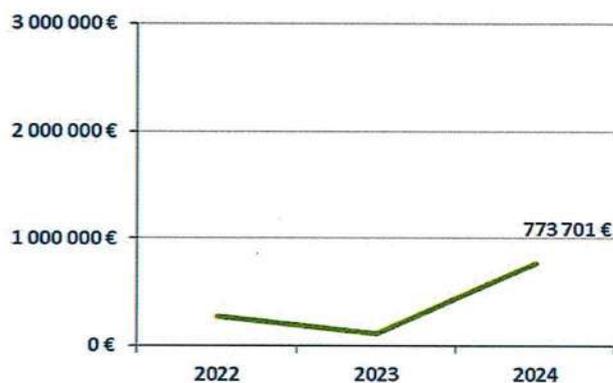


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

M
Dallier
48

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D’Ave

5.6 RECURSOS HUMANOS

O ano terminou com 458 colaboradores do quadro e 242 trabalhadores independentes ao serviço da SCM Riba D’Ave, totalizando 700 elementos.

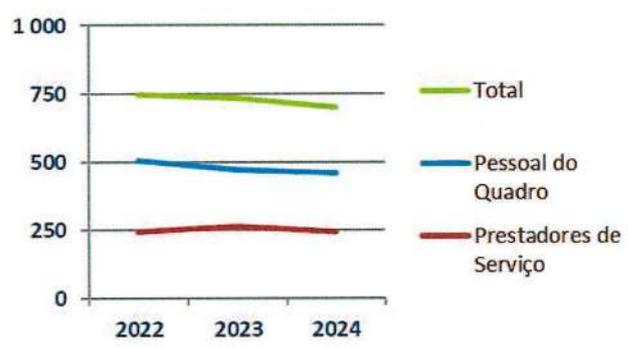


Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos

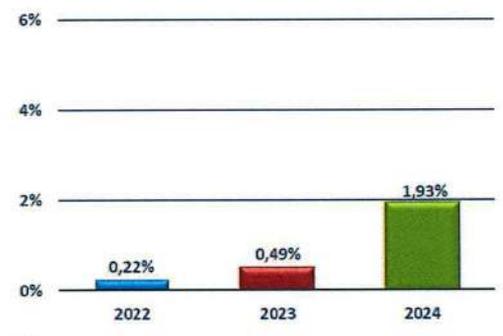
O decréscimo do número de trabalhadores do Quadro reflete a correção das necessidades da instituição depois de nos últimos anos, fruto da pressão para cumprir com o Serviço de Tratamento COVID-19 e Serviços de Internamento de Medicina, se ter registado um aumento médio anual de 12%.

Depois de, em 2023, com recursos internos, ter sido possível colmatar 74% das saídas dos profissionais, por motivo de reforma e de despedimento por iniciativa do trabalhador, em 2024, este rácio baixou para 23%, o que demonstra que o nível de recurso humanos na instituição se encontra no limite.

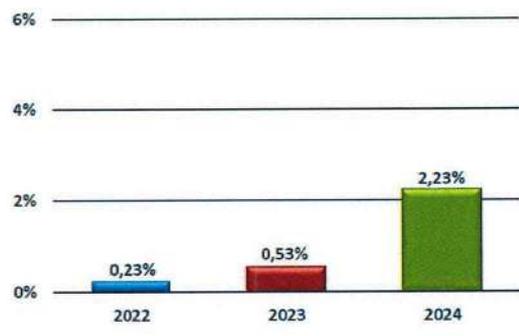
5.7 RÁCIOS

5.7.1 RENDIBILIDADE

Rendimentos



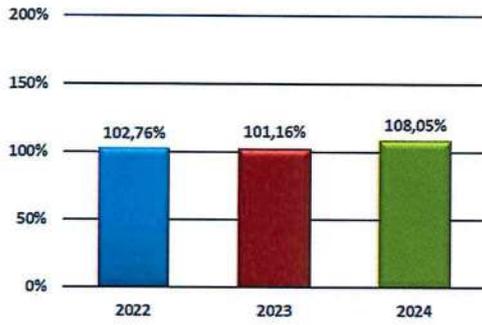
Capitais Próprios



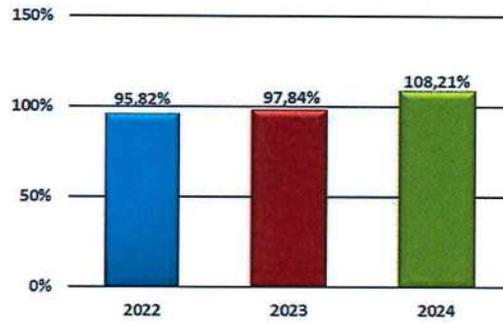
76.
[Handwritten signature]
 FB
 RN

5.7.2 TESOURARIA E ESTRUTURA FINANCEIRA

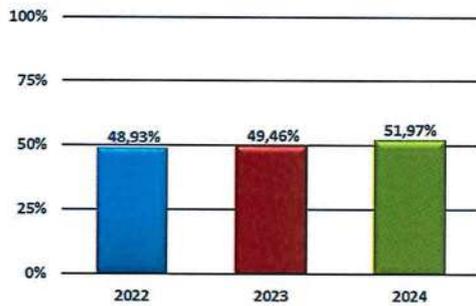
Coefficiente de Liquidez



Solvabilidade

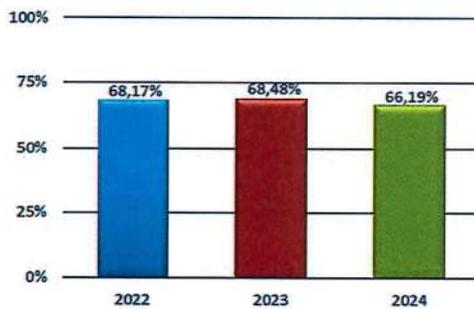


Autonomia Financeira



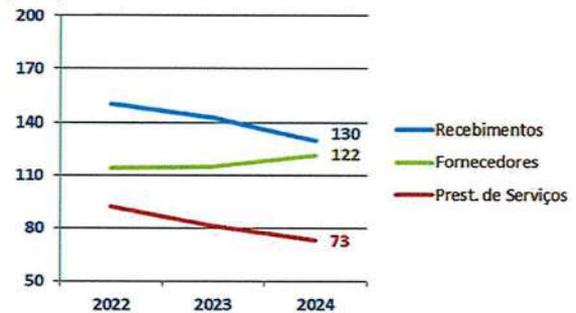
5.7.3 OPERATIVOS

Gastos com Pessoal/Rendimentos



Fluxos de Tesouraria

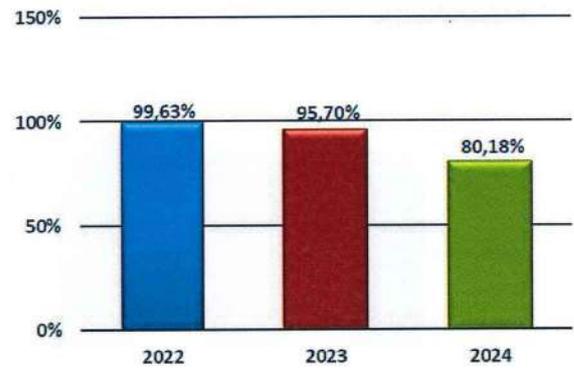
(dias)



07
Luis
18 07

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave

Peso da Dívida/Rendimentos



FR.
P. P. P.
R. S.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de um primeiro ano pós-pandemia onde eram já visíveis consideráveis sinais de retoma da atividade assistencial da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave, o ano de 2024 veio confirmar esse trajeto e demonstrar a capacidade de adaptação, resiliência, dinâmica e sustentabilidade da instituição.

Mesmo com um recuo da atividade hospitalar, resultante da adaptação das novas Unidades Locais de Saúde às responsabilidades assumidas face ao fim das Administrações Regionais de Saúde, foi, uma vez mais, notória a capacidade da SCM Riba D´Ave em colaborar e em dar resposta às necessidades sociais e de saúde do país, realizando cento e quarenta mil consultas, sete mil cirurgias e oitenta e sete mil exames, e acolhendo cinquenta e duas mil diárias em regime de internamento e duzentas e vinte sete crianças em idade pré-escolar e escolar. São números reveladores e que têm um significativo impacto quando constatamos que, volvidos dez anos sobre os investimentos no Hospital, no Centro Infantil e no CIDIFAD, representam um crescimento de 24% na atividade da SCM Riba D´Ave.

Embora com um elevado nível de faturação, esta poderia ser superior caso fossem concretizados os Contratos-Programa que, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, validaram o projeto da Unidade de Cuidados Paliativos como o melhor da região do Ave e o da Unidade de Dia e Promoção da Autonomia como o melhor do norte do país, e que deverão ser agora executados em 2025.

À semelhança dos anos anteriores, a magnitude da atualização do Salário Mínimo Nacional que, nos últimos cinco anos teve uma evolução média anual de 6,5%, não devidamente compensada pelas Tabelas Convencionadas do Ministério da Saúde, tem resultado num duplo impacto na instituição, uma vez que retira capacidade de atualizar os vencimentos superiores aos previstos na Tabela da União das Misericórdias Portuguesas e provoca desmotivação nos profissionais que se veem alcançados pelo Salário Mínimo Nacional. Constata-se, no entanto, que, mesmo com uma forte limitação à atualização dos salários e um nível de rendimentos recorde, o peso dos recursos humanos mantem-se acima do patamar do benchmarking de 65%.

127
#8dj

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

É, porém, de realçar a extraordinária atividade social da SCM Riba D´Ave, consubstanciada nas prestações sociais desenvolvidas junto de quem nos procura e na empregabilidade e distribuição de rendimentos a setecentos colaboradores, assegurando, ainda, o exigível nível de meios libertos que suportam a estabilidade financeira da instituição e o cumprimento dos investimentos realizados.

Concluimos, assim, que a SCM Riba D´Ave continua a manter uma cuidada política de organização do trabalho, com as melhores condições para os seus funcionários e colaboradores, uma maior diferenciação prestacional, uma boa autonomia económica e financeira e a contínua capacidade para dar corpo ao cumprimento de indicadores de qualidade e de segurança dos utentes.

A SCM Riba D´Ave não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

SP.
Dacere
PS

7. PROPOSTAS

- 1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2024.
- 2. Que o Resultado Líquido obtido, positivo no valor de 489.959 €, seja mantido na conta de Resultados Transitados.
- 3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e Comissão Executiva da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´ Ave, pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Riba D´ Ave, 10 de março de 2025

A Mesa Administrativa da SCM Riba D´ Ave

Fernando Ribeiro
Jose Lacerda Alvaro Lacerda
Fernando Ribeiro
Jose J. Marques
D. J. da Silva

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

FC
my
Dacere
FR
9/11

Índice

| | |
|--|----|
| Balanço em 31 de dezembro de 2024..... | 49 |
| Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2024..... | 50 |
| Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024..... | 51 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2024..... | 52 |
| Anexo em 31 de dezembro de 2024 | 53 |

David
177

76

Balanço em 31 de Dezembro de 2024

| RUBRICAS | Notas | Datas | |
|---|-------|----------------------|----------------------|
| | | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
| Ativo | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 31 865 419,28 | 33 581 386,66 |
| Ativos intangíveis | 5 | 23 656,10 | 1 887,72 |
| Investimentos financeiros | 6 | 39 445,45 | 87 485,43 |
| Subtotal | | 31 928 520,83 | 33 670 759,81 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 7 | 326 459,09 | 353 730,80 |
| Créditos a receber | 8 | 5 642 786,16 | 5 001 939,35 |
| Estado e outros entes públicos | 9 | 13 553,02 | 16 881,15 |
| Diferimentos | 10 | 5 721,11 | 9 486,11 |
| Outros ativos correntes | 11 | 3 623 237,92 | 3 611 163,80 |
| Caixa e depósitos bancários | 12 | 843 734,41 | 1 036 515,27 |
| Subtotal | | 10 455 491,71 | 10 029 716,48 |
| Total do Ativo | | 42 384 012,54 | 43 700 476,29 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | 13 | 4 073 354,35 | 4 073 354,35 |
| Reservas | | 36 132,88 | 36 132,88 |
| Resultados transitados | | 16 362 091,29 | 16 332 237,25 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais | 14 | 1 024 841,21 | 1 056 262,58 |
| Resultado líquido do período | | 489 958,97 | 114 247,23 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 21 986 378,70 | 21 612 234,29 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 15 | 334 000,00 | 334 000,00 |
| Financiamentos obtidos | 16 | 10 459 860,67 | 11 839 736,81 |
| Subtotal | | 10 793 860,67 | 12 173 736,81 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 17 | 2 534 431,55 | 2 293 937,28 |
| Estado e outros entes públicos | 9 | 471 182,78 | 480 568,56 |
| Financiamentos obtidos | 16 | 3 017 115,01 | 3 688 557,00 |
| Diferimentos | 10 | 102 339,96 | 123 037,62 |
| Outros passivos correntes | 18 | 3 478 703,87 | 3 328 404,73 |
| Subtotal | | 9 603 773,17 | 9 914 505,19 |
| Total do passivo | | 20 397 633,84 | 22 088 242,00 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 42 384 012,54 | 43 700 476,29 |

Riba D'Ave, 10 de março de 2025

O Contabilista Certificado, n.º 9602

Margarida Silva Feres

A Mesa Administrativa

Fernando Ribeiro
João Leal
Franco
João

FE.
Luis
D.7

Demonstração dos Resultados por Naturezas no Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | PERÍODOS | |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| | | 2024 | 2023 |
| Vendas e serviços prestados | 19 | 24 901 409,26 | 22 617 808,76 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 20 | 103 616,78 | 60 615,21 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 7 | (3 020 134,92) | (2 578 965,98) |
| Fornecimentos e serviços externos | 21 | (9 154 655,22) | (8 191 377,50) |
| Gastos com o pessoal | 22 | (9 858 671,92) | (9 875 198,75) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 15 | - | (334 000,00) |
| Aumentos/reduções de justo valor | 6 23 | 3 070,95 | (1 439,25) |
| Outros rendimentos | 24 | 331 791,23 | 402 824,62 |
| Outros gastos | 25 | (118 971,69) | (383 811,68) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 3 187 454,47 | 1 716 455,43 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 5 | (2 328 024,85) | (1 402 747,60) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 859 429,62 | 313 707,83 |
| Juros e gastos similares suportados | 26 | (369 470,65) | (199 460,60) |
| Resultados antes de impostos | | 489 958,97 | 114 247,23 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | - | - |
| Resultado líquido do período | | 489 958,97 | 114 247,23 |

Riba D´Ave, 10 de março de 2025

O Contabilista Certificado, n.º 9602

Manuel da Silva Gomes

A Mesa Administrativa

Severino da Silva Rodrigues
João Luís de Sousa
Franco Alves
João José da Silva
D.7

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

| DESCRIÇÃO | Notas | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe | | | | | Total | Total dos Fundos Patrimoniais |
|--|----------|--|-----------|------------------------|--|------------------------------|---------------|-------------------------------|
| | | Fundos | Reservas | Resultados Transitados | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 | 6 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 16 332 237,25 | 1 056 262,58 | 114 247,23 | 21 612 234,29 | 21 612 234,29 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais | 14 | | | 29 854,04 | (31 421,37) | (114 247,23) | (115 814,56) | (115 814,56) |
| | 7 | - | - | 29 854,04 | (31 421,37) | (114 247,23) | (115 814,56) | (115 814,56) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | | | 489 958,97 | 489 958,97 | 489 958,97 |
| RESULTADO EXTENSIVO | 9=7+8 | | | | | 489 958,97 | 374 144,41 | 489 958,97 |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO | 10 | | | | | | | |
| | | - | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024 | 6+7+8+10 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 16 362 091,29 | 1 024 841,21 | 489 958,97 | 21 986 378,70 | 21 986 378,70 |

| DESCRIÇÃO | Notas | Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe | | | | | Total | Total dos Fundos Patrimoniais |
|--|-----------|--|-----------|------------------------|--|------------------------------|---------------|-------------------------------|
| | | Fundos | Reservas | Resultados Transitados | Outras variações nos fundos patrimoniais | Resultado líquido do período | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023 | 1 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 16 281 723,76 | 1 086 651,71 | 50 513,49 | 21 528 376,19 | 21 528 376,19 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais | 14 | - | - | 50 513,49 | (30 389,13) | (50 513,49) | (30 389,13) | (30 389,13) |
| | 2 | - | - | 50 513,49 | (30 389,13) | (50 513,49) | (30 389,13) | (30 389,13) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 3 | | | | | 114 247,23 | 114 247,23 | 114 247,23 |
| RESULTADO EXTENSIVO | 4=2+3 | | | | | 114 247,23 | 83 858,10 | 114 247,23 |
| OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO | 5 | | | | | | | |
| | | - | - | - | - | - | - | - |
| POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023 | 6=1+2+3+5 | 4 073 354,35 | 36 132,88 | 16 332 237,25 | 1 056 262,58 | 114 247,23 | 21 612 234,29 | 21 612 234,29 |

Riba D'Ave, 10 de março de 2025

O Contabilista Certificado, n.º 9602

Manuel da Silva Gomes

A Mesa Administrativa

Teodoro Alberto Rebelo
Jose Luísa Araujo Soares
Fernando Augusto
Jose J. M. A. P.
Dona Ana Rita

Demonstração dos Fluxos de Caixa no Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

| RUBRICAS | Notas | PERÍODOS | |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| | | 2024 | 2023 |
| Fluxos de caixa das atividade operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | 24 306 109,37 | 22 446 790,59 |
| Pagamento a fornecedores | | (11 796 055,15) | (11 375 231,05) |
| Pagamentos ao pessoal | | (8 118 171,28) | (7 996 523,18) |
| Caixa gerada pelas operações | | 4 391 882,94 | 3 075 036,36 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | - | - |
| Outros recebimentos/pagamentos | | (1 900 673,33) | (1 578 500,04) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 2 491 209,61 | 1 496 536,32 |
| Fluxos de caixa das atividade de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | (270 694,78) | (120 902,24) |
| Ativos intangíveis | 5 | (15 485,70) | - |
| Investimentos financeiros | 6 | - | (8 928,06) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | - | 122,20 |
| Investimentos financeiros | 6 | 50 700,20 | 7 863,45 |
| Subsídios ao investimento | | - | 8 000,00 |
| Fluxos de caixa das atividade de investimento (2) | | (235 480,28) | (113 844,65) |
| Fluxos de caixa das atividade de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 14 291 000,00 | 14 189 912,24 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (16 228 788,35) | (14 900 453,18) |
| Juros e gastos similares | | (510 721,84) | (356 993,07) |
| Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3) | | (2 448 510,19) | (1 067 534,01) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | (192 780,86) | 315 157,66 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 12 | 1 036 515,27 | 721 357,61 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 12 | 843 734,41 | 1 036 515,27 |

Riba D´Ave, 10 de março de 2025

O Contabilista Certificado, n.º 9602

Manuel da Silva Sousa

A Mesa Administrativa
Severina M. F. Almeida
João Cecepede
Franco
gaj
de l. d. m. m. t. c.

Anexo em 31 de Dezembro de 2024

1. Identificação da Entidade

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave (SCM Riba D´Ave) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua 25 de abril, freguesia de Riba D´Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão e distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como IPSS, mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 86100 85110 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910). Atividades de Cuidados de Enfermagem em Eestruturas Residências (CAE 87100), Produção de Eletricidade de Origem Solar (CAE 35123), Outras Atividade Auxiliares dos Transportes Terrestres (CAE 52213) e Cafés (CAE 56301).

A SCM Riba D´Ave exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da SCM Riba D´Ave são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

Fl.
Ano
Dado
F.
F.
P.

A **Mesa Administrativa** é constituída por um provedor, um vice-provedor, um secretário e um vogal suplente.

O **Definitório** é composto por três membros efetivos, um presidente, dois vogais e dois suplentes, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

Os membros da Mesa Administrativa, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Mesa Administrativa entende que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|--------------------------------|---------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | indefinida |
| Edifícios e outras construções | 20 |
| Equipamento básico | 6 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 6 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 |

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada de 3 anos

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Fl.
Anos
Decreto
E
93
01

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e Outros ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente e nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

91.
D. Amos
D. Amos
D. Amos
D. Amos

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo obtidos" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" de "Empréstimos obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão reconhecidos na rubrica "Outras variações no capital próprio" do Capital próprio, líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 Subsídios"), e: - quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que

Fe
D
D
D
D

se pretende que eles compensem; - quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Mesa Administrativa foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | Saldo em 01-01-2024 | Aquisições / Aumentos | Abates / Diminuições | Saldo em 31-12-2024 |
|--------------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|----------------------|
| Custo | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 4 390 471,36 | - | - | 4 390 471,36 |
| Edifícios e outras construções | 33 592 547,06 | 18 191 846,29 | (18 094 884,99) | 33 689 508,36 |
| Equipamento básico | 12 074 165,85 | 435 588,68 | (166 652,51) | 12 343 102,02 |
| Equipamento de transporte | 83 186,03 | 50 896,95 | - | 134 082,98 |
| Equipamento administrativo | 1 980 549,95 | 12 843,81 | - | 1 993 393,76 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1 248 425,82 | 19 187,20 | - | 1 267 613,02 |
| Total | 53 369 346,07 | 18 710 362,93 | (18 261 537,50) | 53 818 171,50 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 7 776 674,54 | - | 1 477 768,70 | 9 254 443,24 |
| Equipamento básico | 9 452 667,58 | (157 058,51) | 608 293,57 | 9 903 902,64 |
| Equipamento de transporte | 78 346,74 | - | 13 418,93 | 91 765,67 |
| Equipamento administrativo | 1 587 106,06 | - | 135 252,88 | 1 722 358,94 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 893 164,49 | - | 87 117,24 | 980 281,73 |
| Total | 19 787 959,41 | (157 058,51) | 2 321 851,32 | 21 952 752,22 |
| Quantia escriturada | | | | 31 865 419,28 |

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aquisições / Aumentos | Abates / Diminuições | Saldo em 31-12-2023 |
|--------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Custo | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 4 390 471,36 | - | - | 4 390 471,36 |
| Edifícios e outras construções | 32 445 391,16 | 1 147 155,90 | - | 33 592 547,06 |
| Equipamento básico | 11 990 076,49 | 84 579,36 | (490,00) | 12 074 165,85 |
| Equipamento de transporte | 83 186,03 | - | - | 83 186,03 |
| Equipamento administrativo | 1 937 488,79 | 43 061,16 | - | 1 980 549,95 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1 222 672,73 | 25 753,09 | - | 1 248 425,82 |
| Total | 52 069 286,56 | 1 300 549,51 | (490,00) | 53 369 346,07 |
| Depreciações acumuladas | | | | |
| Edifícios e outras construções | 7 247 950,75 | - | 528 723,79 | 7 776 674,54 |
| Equipamento básico | 8 836 717,12 | (490,00) | 616 440,46 | 9 452 667,58 |
| Equipamento de transporte | 70 010,49 | - | 8 336,25 | 78 346,74 |
| Equipamento administrativo | 1 429 801,73 | - | 157 304,33 | 1 587 106,06 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 801 332,75 | - | 91 831,74 | 893 164,49 |
| Total | 18 385 812,84 | (490,00) | 1 402 636,57 | 19 787 959,41 |
| Quantia escriturada | | | | 33 581 386,66 |

Handwritten notes:
 70.
 2024
 2023
 2022
 2021
 2020

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as aquisições, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | Saldo em 01-01-2024 | Aquisições / Aumentos | Saldo em 31-12-2024 |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Custo | | | |
| Programas de computador | 1 998,75 | 27 941,91 | 29 940,66 |
| Total | 1 998,75 | 27 941,91 | 29 940,66 |
| Amortizações acumuladas | | | |
| Programas de computador | 111,03 | 6 173,53 | 6 284,56 |
| Total | 111,03 | 6 173,53 | 6 284,56 |
| Quantia escriturada | | | 23 656,10 |

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aquisições / Aumentos | Saldo em 31-12-2023 |
|--------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| Custo | | | |
| Programas de computador | - | 1 998,75 | 1 998,75 |
| Total | - | 1 998,75 | 1 998,75 |
| Depreciações acumuladas | | | |
| Programas de computador | - | 111,03 | 111,03 |
| Total | - | 111,03 | 111,03 |
| Quantia escriturada | | | 1 887,72 |

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

| Descrição | Saldo em 01-01-2024 | Aumentos | Diminuições | Justo Valor | Saldo em 31-12-2024 |
|--|---------------------|-----------------|--------------------|-----------------|---------------------|
| Fundo de Reestruturação do Setor Solidário | 410,73 | 0,00 | (410,73) | 0,00 | - |
| Fundo de Compensação | 87 074,70 | 3 070,95 | (53 771,15) | 3 070,95 | 39 445,45 |
| Total | 87 074,70 | 3 070,95 | (53 771,15) | 3 070,95 | 39 445,45 |

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aumentos | Diminuições | Justo Valor | Saldo em 31-12-2023 |
|--|---------------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Fundo de Reestruturação do Setor Solidário | 410,73 | - | - | - | 410,73 |
| Fundo de Compensação | 87 449,34 | 8 928,06 | (7 863,45) | (1 439,25) | 87 074,70 |
| Total | 87 860,07 | 8 928,06 | (7 863,45) | (1 439,25) | 87 485,43 |

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. No entanto, a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril suspendeu os fundos de compensação, desde abril de 2023. A entidade empregadora é responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes

tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague a aquele valor. Este regime visa dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito. Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegura a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito. A garantia que este novo regime assegura não poderá ser acionada caso o empregador pague ao trabalhador um valor maior ou igual a 50% da compensação a que este tenha direito. As entregas a efetuar pelas entidades empregadoras ao FCT correspondem a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido. No entanto, na Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, suspendeu os fundos de compensação desde abril de 2023.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as rubricas “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “Inventários” e apresentavam os seguintes valores:

| Descrição | Inventário em 01-01-2023 | Compras | Reclassificações e regularizações | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | Inventário em 31-12-2023 |
|--|--------------------------|---------------------|-----------------------------------|--|--------------------------|
| Merca dórias | 19 081,73 | 14 186,00 | 8 809,68 | 17 334,11 | 24 743,30 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 399 781,97 | 2 500 198,41 | (9 361,01) | 2 561 631,87 | 328 987,50 |
| Total | 418 863,70 | 2 514 384,41 | (551,33) | 2 578 965,98 | 353 730,80 |

| Descrição | Inventário em 01-01-2024 | Compras | Reclassificações e regularizações | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | Inventário em 31-12-2024 |
|--|--------------------------|---------------------|-----------------------------------|--|--------------------------|
| Merca dórias | 24 743,30 | - | 11 181,55 | 13 824,21 | 22 100,64 |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 328 987,50 | 2 993 755,47 | (12 073,81) | 3 006 310,71 | 304 358,45 |
| Total | 353 730,80 | 2 993 755,47 | (892,26) | 3 020 134,92 | 326 459,09 |

7c.
 10/12/24
 10/12/23
 10/12/24
 10/12/23

8. Créditos a Receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|--|---------------------|---------------------|
| Cientes e Utentes c/c | 5 657 271,92 | 5 016 425,11 |
| Cientes | 5 657 271,92 | 5 016 425,11 |
| Cientes e Utentes cobrança duvidosa | (14 485,76) | (14 485,76) |
| Cientes | (14 485,76) | (14 485,76) |
| Total | 5 642 786,16 | 5 001 939,35 |

9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 13 553,02 | 16 881,15 |
| Total | 13 553,02 | 16 881,15 |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 5 347,01 | 4 690,67 |
| Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) | 116 488,30 | 135 807,68 |
| Segurança Social | 349 347,47 | 340 070,21 |
| Total | 471 182,78 | 480 568,56 |

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Gastos a reconhecer | | |
| Seguros | 4 747,81 | 9 413,63 |
| Outros | 973,30 | 72,48 |
| Total | 5 721,11 | 9 486,11 |
| Rendimentos a reconhecer | | |
| IEFP-Estagios profissionais | 2 988,26 | 2 988,26 |
| Projeto INNO4LIVE | 61 263,28 | 98 021,24 |
| Projeto TESTBEDS | 9 440,62 | 22 028,12 |
| Projeto DEDUC/ERASMUS + | 26 502,00 | |
| Programa DQI/Pessoas 2030 | 2 145,80 | |
| Total | 102 339,96 | 123 037,62 |

11. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a seguinte decomposição:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|---|---------------------|---------------------|
| Adiantamentos ao pessoal | 6 862,31 | 4 286,73 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 2 957 045,63 | 3 331 467,65 |
| Rappel | 40 572,29 | 43 863,16 |
| Faturas CTH | 1 670 941,17 | 1 623 929,56 |
| Faturas UCC/SIGIC | 925 656,93 | 1 078 132,15 |
| Portugal 2020 | - | 140 910,60 |
| Outros | 319 875,24 | 444 632,18 |
| Outros devedores | 659 329,98 | 275 409,42 |
| Perdas por Imparidade | - | - |
| Total | 3 623 237,92 | 3 611 163,80 |

12. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e de 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|-------------------|-------------------|---------------------|
| Caixa | 11 796,95 | 8 328,51 |
| Depósitos à ordem | 831 937,46 | 1 028 186,76 |
| Total | 843 734,41 | 1 036 515,27 |

13. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 01-01-2024 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 31-12-2024 |
|---|----------------------|------------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| Fundos | 4 073 354,35 | - | 4 073 354,35 | - | 4 073 354,35 |
| Reservas | 36 132,88 | - | 36 132,88 | - | 36 132,88 |
| Resultados transitados | 16 281 723,76 | 50 513,49 | 16 332 237,25 | 29 854,04 | 16 362 091,29 |
| Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais | 1 086 651,71 | (30 389,13) | 1 056 262,58 | (31 421,37) | 1 024 841,21 |
| Resultado líquido do período | 50 513,49 | 63 733,74 | 114 247,23 | 375 711,74 | 489 958,97 |
| Total | 21 528 376,19 | 83 858,10 | 21 612 234,29 | 374 144,41 | 21 986 378,70 |

14. Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, apresentavam-se como segue:

| Descrição | Saldo em 01-01-2023 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 01-01-2024 | Aumentos / Diminuições | Saldo em 31-12-2024 |
|---------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Subsídios ao investimento | 1 086 651,71 | (30 389,13) | 1 056 262,58 | (31 421,37) | 1 024 841,21 |
| Total | 1 086 651,71 | (30 389,13) | 1 056 262,58 | (31 421,37) | 1 024 841,21 |

Fe.
 9/12/24
 01

15. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi o seguinte:

| Descrição | 31-12-2023 | Aumentos | Diminuições | 31-12-2024 |
|------------------------------|-------------------|----------|-------------|-------------------|
| Processos judiciais em curso | 334 000,00 | - | - | 334 000,00 |
| Total | 334 000,00 | - | - | 334 000,00 |

De acordo com o pressuposto da prudência a Entidade reconheceu uma provisão, no período de 2023, relativa ao processo N.º 315/20.1T8VNF uma vez que em 2023 houve sentença proferida condenando a Irmandade a pagar aos autores a quantia, aproximada, de 334.000 euros. A SCM Riba D´Ave efetuou um depósito autónomo no Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ) nesse valor.

16. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

| Descrição | 31-12-2024 | | | 31-12-2023 | | |
|-----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Total | Não Corrente | Corrente | Total |
| Empréstimos Bancários | 9 860 158,20 | 2 865 390,18 | 12 725 548,38 | 10 873 944,77 | 3 538 961,00 | 14 412 905,77 |
| Loações Financeiras | 599 702,47 | 151 724,83 | 751 427,30 | 965 792,04 | 149 596,00 | 1 115 388,04 |
| Total | 10 459 860,67 | 3 017 115,01 | 13 476 975,68 | 11 839 736,81 | 3 688 557,00 | 15 528 293,81 |

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Capital | Capital |
| Até um ano | 2 865 390,18 | 3 538 961,00 |
| De dois a cinco anos | 7 011 041,01 | 7 658 034,00 |
| Mais de cinco anos | 2 849 117,19 | 3 215 910,77 |
| Total | 12 725 548,38 | 14 412 905,77 |

Os planos de reembolso das locações, discriminam-se da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|----------------------|-------------------|---------------------|
| | Capital | Capital |
| Até um ano | 151 724,83 | 149 596,00 |
| De dois a cinco anos | 599 702,47 | 965 792,04 |
| Total | 751 427,30 | 1 115 388,04 |

17. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2024 | 31-12-2023 |
|------------------|---------------------|---------------------|
| Fornecedores c/c | 2 534 431,55 | 2 293 937,28 |
| Total | 2 534 431,55 | 2 293 937,28 |

18. Outros Passivos Correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

| Descrição | 31-12-2024 | | 31-12-2023 | |
|------------------------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|
| | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| Outras dívidas a pagar | | | | |
| Fornecedores de Investimentos | | 456 639,69 | | 458 792,43 |
| Credores por acréscimos de gastos | | 2 560 651,75 | | 2 398 885,85 |
| Estimativa de férias | | 1 330 926,24 | | 1 368 441,38 |
| Centro Infantil - Segurança Social | | 299 752,96 | | 352 688,32 |
| Sociedades Médicas | | 810 001,65 | | 589 240,41 |
| Outros acréscimos de gastos | | 119 970,90 | | 88 515,74 |
| Honorários | - | 412 288,33 | | 395 548,88 |
| Outros credores | - | 49 124,10 | - | 75 177,57 |
| Total | - | 3 478 703,87 | - | 3 328 404,73 |

19. Vendas e Serviços Prestados

Para os períodos de 2024 e de 2023 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados":

Vendas

| Descrição | 2024 | 2023 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Mercadorias | 14 111,88 | 11 743,80 |
| Materiais de consumo | 6 407,00 | 8 385,18 |
| Total | 20 518,88 | 20 128,98 |

Serviços prestados

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|----------------------|----------------------|
| Quotas dos utilizadores | 213 536,80 | 239 508,90 |
| Quotas e Jóias | 1 425,00 | 2 100,00 |
| U.J.C.C. | 4 168 262,37 | 2 276 819,24 |
| Internamento, Consultas, Urgências | 17 681 731,18 | 16 326 355,74 |
| Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêut | 1 593 150,76 | 1 720 258,52 |
| C.R.S.S. Braga | 994 943,82 | 1 348 174,37 |
| Assistência Social | 227 840,45 | 443 526,44 |
| Consultas Sociais | | 240 936,57 |
| Total | 24 880 890,38 | 22 597 679,78 |

20. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|------------------|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 26 489,60 | 25 100,88 |
| Subsídios de outras entidades | 77 127,18 | 35 514,33 |
| Total | 103 616,78 | 60 615,21 |

76
 J. J. J.
 +8
 07

21. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Subcontratos | 4 284 850,08 | 3 451 212,08 |
| Serviços especializados | 3 856 058,90 | 3 560 995,64 |
| Materiais | 71 606,38 | 111 531,28 |
| Energia e fluidos | 678 966,78 | 614 514,34 |
| Deslocações, estadas e transportes | 12 849,75 | 29 618,54 |
| Serviços diversos (*) | 144 125,77 | 105 831,17 |
| Limpeza, higiene e conforto | 8 263,44 | 223 390,28 |
| Comunicação | 56 287,95 | 60 972,82 |
| Rendas e alugueres | 41 646,17 | 33 311,35 |
| Total | 9 154 655,22 | 8 191 377,50 |

22. Gastos com o Pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2024 e de 2023 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

- Provedor: quatro vezes o valor do IAS.
- Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 461 e em 2023 foi de 471.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações aos órgãos sociais | 28 518,56 | 26 904,08 |
| Remunerações ao pessoal | 8 059 443,89 | 8 106 303,42 |
| Encargos sobre as remunerações | 1 640 516,49 | 1 622 525,81 |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 102 338,04 | 115 780,58 |
| Outros gastos com o pessoal | 27 854,94 | 3 684,86 |
| Total | 9 858 671,92 | 9 875 198,75 |

23. Aumentos/Reduções de Justo Valor

Nos períodos de 2024 e 2023 os aumentos / reduções de justo valor foram os seguintes:

| Descrição | 2024 | | | 2023 | | |
|------------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|-------------------|-------------------|
| | Aumento | Redução | Total | Aumento | Redução | Total |
| Em investimentos financeiros | 3 070,95 | - | 3 070,95 | - | (1 439,25) | (1 439,25) |
| Total | 3 070,95 | - | 3 070,95 | - | (1 439,25) | (1 439,25) |

24. Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendimentos suplementares | 145 025,45 | 139 418,78 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 11 039,12 | 9 519,96 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | 13 400,00 | 122,20 |
| Outros rendimentos | 162 326,66 | 253 763,68 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 39 421,37 | 205 132,97 |
| Imputação subsídios ao investimento | 11 597,13 | 38 389,13 |
| Donativos | 111 308,16 | 6 939,74 |
| Total | 331 791,23 | 402 824,62 |

25. Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Impostos | 15 306,32 | 9 490,95 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 1 109,24 | 1 521,45 |
| Dívidas incobráveis | 501,15 | - |
| Outros gastos(*) | 102 054,98 | 372 799,28 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 63 363,29 | 361 588,65 |
| Outros | 34 231,69 | 4 796,63 |
| Quotizações | 4 460,00 | 6 414,00 |
| Total | 118 971,69 | 383 811,68 |

26. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e de 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|---------------------|---------------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | 368 970,94 | 197 656,70 |
| Outros gastos e perdas de financiamento | 499,71 | 1 803,90 |
| Total | 369 470,65 | 199 460,60 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | - | - |
| Total | - | - |
| Resultados financeiros | (369 470,65) | (199 460,60) |

27. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2024 e 2023, foi de 5.904,00 euros (IVA incluído) em cada um dos períodos.

28. Passivos Contingentes

1. Processos n.º 7403/18.2T8GMR, n.º 602/20.9BEBRG, n.º 1362/20.9BEBRG, n.º 954/22.6BEBRG: processos em que a SCMRA deverá ser absolvida (> 50%) e a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras, pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil (seguradora foi chamada ao processo).
2. Processo n.º 3928/20.8T8BRG: o autor reclama um pedido de indemnização por invocar que surgiu uma infeção no pós-operatório que poderá ter sido a causa do impedimento de continuar a exercer a sua profissão. A probabilidade da SCM Riba D´Ave ser absolvida é elevada, devido a que foram cumpridos todos os procedimentos e meios necessários e adequados à prevenção e combate de infeções nas suas instalações. Ou seja, o surgimento de uma infeção ocorreu no pós-operatório e já depois do utente ter alta hospitalar e como tal não decorreu de nenhum facto ilícito culposo, tendo, portanto, o hospital atuado com o grau de diligência exigível segundo os adequados padrões impostos. A posição da SCM Riba D´Ave tem cobertura jurisprudencial, nomeadamente no Acórdão do Processo n.º 558/11.9TBCBR.C1 de 28 de novembro de 2018. Devido à referida jurisprudência e à probabilidade de insucesso ser inferior a 50%, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.
3. Em 2023 a Entidade foi notificada dos relatórios de inspeção em sede de IVA aos períodos de 2019 (1.010.629,22 euros), 2020 (756.647,19 euros), 2021 (572.653,84 euros) e até julho 2022 (27.725,58 euros). Os relatórios em causa são relativos à taxa de aplicação do IVA de obras em áreas de reabilitação urbana (ARU), em que a Autoridade Tributária (AT), mesmo após já ter analisado e deferido diversos pedidos de restituição do IVA dessas obras à taxa reduzida (6%), entende que a taxa deveria ser a normal (23%) por a autarquia não ter aprovado e publicado as operações de reabilitação urbana (ORU). No entanto, é nosso entendimento, e dos nossos especialistas jurídicos e dos consultores fiscais em sede de IVA, de que o Tribunal Administrativo e Fiscal dará razão à ISCMRA uma vez que, e tal como foi supra referido, a Autoridade Tributária analisou, como de uma inspeção se tratasse, e deferiu diversos pedidos de reembolso de 50% do IVA suportado das obras nas áreas de reabilitação urbana referindo sempre, em cada um dos relatórios dos pedidos, *“Dado tratar-se de faturas de autoliquidação de IVA, procedemos à análise da conta corrente de IVA, da respetiva liquidação e do preenchimento da declaração do IVA. **Não foram detetadas irregularidades**”* (negrito e sublinhado nossos). A Autoridade Tributária (AT) apesar de classificar estas inspeções como “internas”, os procedimentos de inspeção realizados destinados a aferir da legitimidade dos pedidos de restituição de IVA têm natureza de procedimentos externos de

FH.
J. J. J.
J. J. J.
J. J. J.
J. J. J.

inspeção tributária, uma vez que e todos eles foi solicitada a remessa de contas correntes e cópias das faturas referentes às obras. O Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) no Processo nº 580/2019-T, de 20 de setembro de 2020, refere que:

- “1. O procedimento interno de inspeção, cujos actos de inspeção são efectuados exclusivamente nos serviços da administração tributária, tem na sua base uma análise formal e de coerência dos documentos. Ou seja, trata-se de um procedimento de análise de conformidade entre documentos/ elementos que estão na disponibilidade da Administração. Daí que os respectivos actos, neste caso, possam ser exclusivamente praticados nos serviços da AT.
2. Havendo toda uma actividade da iniciativa da AT destinada à obtenção de elementos que não estavam na sua disponibilidade, realizada com um claro fito investigatório, tal implica que o procedimento de inspeção tributário se deva classificar de externo.” (negrito e sublinhados nossos).

Assim, é entendimento dos nossos especialistas jurídicos e dos consultores fiscais em sede de IVA que os procedimentos de inspeção tributária realizados aos períodos de 2019, 2020, 2021 e até julho 2022, foram ilegalmente realizados e que devem ser anulados todos os atos dele resultantes, acreditando existir uma hipótese elevada (>80%) de o pedido ser considerado procedente.

Além disso, sobre esta matéria da necessidade ou não de ORU, há, pelo menos, uma decisão do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) favorável ao sujeito passivo visto que o Código do IVA – verba 2.23 da Lista I – indica “*empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico*”, tal definição está prevista no art.º 2.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, ao invés de referir ou remeter para o art.º 7.º do mencionado diploma uma vez que este é alude às ORU.

4. Processo n.º 6341/23.1T8VNF: Impugnação da coima aplicada pela Autoridade pelas Condições do Trabalho, pela alegada prática da contraordenação traduzida do tratamento desfavorável e discriminatório de treze trabalhadores Devido à probabilidade de sucesso, superior a 50%, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.

29. Ativos Contingentes

Processo nº 1778/19.3T8VNF: alegada responsabilidade da seguradora pelo pagamento dos danos resultantes no imóvel do Hospital Narciso Ferreira, por ocorrência de sinistro. A opinião

do nosso advogado é que a probabilidade de ganhar a ação é superior a 50% e assim a entidade deverá ser ressarcida dos danos sofridos sendo o valor da ação de 131.553,36 euros.

30. Impacto dos Conflitos Armados nas Demonstrações Financeiras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a guerra na Ucrânia e o recente conflito entre Israel e o Hamas os principais catalisadores. A situação na Ucrânia perdura há mais de três anos, exercendo impacto significativo na inflação mundial, com especial ênfase na área do Euro. Até o momento, não se vislumbram perspectivas de resolução desta prolongada situação. Mais recentemente, o mundo testemunhou um ataque terrorista em Israel, agravando as já delicadas relações entre Israel e o Estado Palestino e resultando em incursões militares na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Líbia, Síria, Irão e Iêmen. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membro da União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2024, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

31. Acontecimentos Após Data de Balanço

A Entidade foi notificada em fevereiro de 2025 do término do Processo n.º 850/12.5BEBRG, relativo à liquidação adicional de IRC do período de 2007, não tendo havido qualquer apuramento de rendimento global (matéria coletável não isenta) e apenas o apuramento de tributações autónomas e juros compensatórios que totalizam 249,01 euros.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 10 de março de 2025.

Riba D'Ave, 10 de março de 2024

O Contabilista Certificado, n.º 9602

Manuel de Almeida Gomes

A Mesa Administrativa
Fernando Alberto Ribeiro
João Luís Alves Carneiro
António Augusto
por J. M. d. J.

FC
Mans
J
A
R

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D`AVE



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 42.384.012,54 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.986.378,70 euros, incluindo um resultado líquido do período de 489.958,97 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 27 de março de 2025.

Manoel Guimarães

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE



PARECER DO DEFINITÓRIO



MISERICÓRDIA
DE RIBA D'AVE

90
ANOS
1935-2025

PARECER DO DEFINITÓRIO

No exercício das competências que a Lei e o Compromisso lhe atribuem, o Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Ribadave vem emitir Parecer acerca do Relatório de Atividades e Contas apresentado pela Mesa Administrativa relativamente ao período de 2024, o que faz nos termos que se passam a expor.

Quer no plano internacional, quer no nosso país, a conjuntura de instabilidade, política, social e económico-financeira, não foi favorável a que as empresas e as instituições pudessem estabelecer políticas sustentáveis e com previsibilidade em prazos confortáveis.

Regista-se, no entanto, a atitude resiliente da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva e a flexibilidade demonstrada para lidar com as adversidades que se lhes têm deparado, dando especial atenção à melhoria dos rácios mais importantes, o que possibilitou que a SCM Ribadave regressasse a bons níveis de desempenho.

Estes reajustamentos operados, evidenciam um grande esforço da Comissão Executiva, em concertação com a Mesa Administrativa, em preparar um futuro mais autónomo que possibilite a esta instituição estar em condições de enfrentar contrariedades que possam advir deste contexto económico e político algo incerto, mas também colocar-se numa posição mais sólida que possibilite enfrentar, no futuro, investimentos que venham a ser necessários ou a revelar-se estrategicamente oportunos, sem ter de recorrer a crédito com tanta acuidade.

Recomenda-se, no entanto, muita lucidez e ponderação nas estratégias a adotar.

Pelo exposto, e tendo por base a informações prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, ao longo do período em apreço, com o conforto da informação constante da Certificação Legal de Contas feita por Mário da Cunha Guimarães, ROC n.º 1159, em representação de Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148, o Definitório deliberou emitir o seguinte

PARECER

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao exercício de 2024;
2. Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa, à Comissão Executiva, bem como a todos os trabalhadores e demais colaboradores desta Instituição, pela forma atenta, dedicada e profissional como exerceram as suas funções ao longo do exercício.

Ribadave, 27 de março de 2025

O Definitório,